



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 52ª
(QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER
A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO EZECHIAS
HERINGER.**

DE 9 DE JUNHO DE 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Leitura da ata da sessão anterior.

É lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 49ª Sessão Ordinária, transformada em comissão geral para debater o orçamento para o esporte na Lei de Diretrizes Orçamentárias, realizada em 2 de junho de 2016.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Em razão de requerimento aprovado na última sessão ordinária, de autoria do Deputado Delmasso, a sessão ordinária de hoje fica transformada em comissão geral para debater a implantação do Parque Ecológico Ezechias Heringer.

Solicito à Segurança da Casa que libere a entrada dos participantes da referida comissão geral.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h36min, a sessão é reaberta às 15h45min.)

(A sessão transforma-se em Comissão Geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Sob a proteção de Deus, reiniciamos nossos trabalhos. Quero, inicialmente, dar as boas-vindas a todos e a todas que estão participando desta comissão geral, em que vamos tratar sobre a poligonal do Parque Ecológico Ezechias Heringer.

Quero agradecer a todos os que estão presentes, que, mesmo no horário de trabalho, muitos se disponibilizaram a estar aqui. Quero registrar as seguintes presenças: Deputado Agaciel Maia, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e Deputado Chico Vigilante, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor.

Quero pedir que venha compor a Mesa o Administrador Regional do Guará, Sr. André Brandão; o Presidente da TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília –, Sr. Júlio César de Azevedo Reis, e o Coordenador de Unidades de Conservação de Proteção Integral do Ibram – Instituto Brasília Ambiental, Sr. Paulo César Magalhães.

Antes de falar da metodologia que vamos adotar aqui, eu gostaria de citar a presença do Secretário Adjunto de Relações Legislativas da Casa Civil do Governo do Distrito Federal, meu amigo José Flávio de Oliveira. Também quero cumprimentar os ex-administradores que estão aqui: o Joel e o Deverson Lettieri. Se não vi algum que está presente, cito pelo menos os dois. E quero ainda registrar a presença das filhas do Ezechias Heringer, que também estão aqui para este debate.

A nossa metodologia vai ser a seguinte: vamos começar com a explanação dos membros da Mesa. Cada um vai ter, para sua explanação inicial, o tempo de quinze minutos. Depois, vamos abrir as inscrições. Aqui eu queria pedir a compreensão de todos, pois vamos nos ater à discussão da proposta da poligonal do Parque Ezechias Heringer justamente para que a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo possa dar andamento a isso.

Quero também citar o Deputado Cristiano Araújo, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente; o Deputado Robério Negreiros, que é o Relator da referida proposição na Comissão de Constituição e Justiça; e o Deputado Wellington



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Luiz, que é o Relator na Comissão de Assuntos Fundiários. Eles não puderam estar presentes por compromissos anteriormente assumidos.

Registro a presença – já pedi a ele para compor a Mesa – do Subsecretário de Áreas Protegidas, Cerrado e Direito dos Animais, Leonel Graça Generoso Pereira, representando, neste ato, o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, nosso amigo André Lima.

Voltando à metodologia, vamos passar a palavra a cada membro, inicialmente, para as apresentações, e nos ater à definição da poligonal. Aqui estão os representantes do governo. Logo após, vamos abrir o debate com a comunidade. Quem quiser fazer suas intervenções levante a mão. O Carlinhos, do Cerimonial, ou a nossa equipe de assessoria irá até vocês, para que a gente possa fazer essa discussão. Lembro que os membros da Mesa terão quinze minutos para suas considerações iniciais, nas apresentações. Quem for usar a palavra, três minutos para as suas considerações e perguntas. Vamos usar blocos de três perguntas. A cada três perguntas, haverá a resposta da Mesa. Cada pessoa terá cinco minutos para responder aos questionamentos.

Por fim, nós queremos verificar se existe algum consenso em relação à proposição em comento e fazer alguns encaminhamentos para os relatores da referida proposição, que se encontra em tramitação aqui na Câmara Legislativa.

Concedo a palavra ao Sr. Coordenador de Unidades de Conservação do IBRAM – Instituto Brasília Ambiental, Dr. Paulo César Fonseca, para as suas considerações iniciais. Se quiser usar alguma apresentação, fique à vontade.

SR. PAULO CÉSAR FONSECA – Boa tarde a todos. Meu nome é Paulo César. Sou Coordenador de Unidades de Conservação do IBRAM. Eu gostaria de agradecer inicialmente ao Deputado Delmasso pela oportunidade de participar da presente composição desta Mesa; cumprimento o nosso Subsecretário de Áreas Protegidas, Sr. Leonel Generoso, da SEMA – Secretaria do Meio Ambiente; o Sr. Administrador do Guará, André Brandão; e o Sr. Júlio Cesar, Presidente da Terracap.

Desde 2012, foi criada uma comissão para definir a nova poligonal do Parque do Guará. Essa comissão de regularização fundiária fez um estudo criterioso de toda a poligonal do parque, inclusive, levando em consideração as ocupações ali existentes. Naquela ocasião, ficou definido que, em relação à área de que a gente vai tratar aqui, a 28-A, na verdade, não necessariamente seria interessante a sua permanência na poligonal do parque. Foi feito um estudo, tanto ambiental quanto ecológico, para que pudesse ser removida essa área da poligonal original do parque, que era prevista de 306 hectares. Foi sugerido que outra parte fosse incorporada à área do parque para contemplar a perda dessa área proposta aqui, que é a 28-A, para substituí-la.

Para que isso fosse realizado, esses estudos levaram em conta uma área de campo de murundus existente que não estava contemplada na poligonal original do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

parque. Essa área de vinte e poucos hectares seria substituída por outra área, o que a compensaria, não só em termos ambientais, mas também em valores de poligonal – em torno de setenta e poucos hectares. O órgão ambiental, nesse estudo, propôs, então, que fosse feita essa alteração sem prejuízo ambiental para o parque.

Isso foi submetido a uma audiência pública na Administração do Guará, já em 2013, e essa área foi referendada por aqueles que participaram dessa audiência pública naquela ocasião. É isto o que a gente está propondo aqui e vem defender: essa alteração da poligonal. Ao mesmo tempo, foi feito também um estudo para retirada daquelas ocupações que fazem parte da poligonal do Parque do Guará, ali próximo ao Parkshopping, que também foram exaustivamente contempladas no relatório proposto por essa comissão de regularização fundiária do Parque Ezechias Heringer.

Desde então, o órgão ambiental vem mantendo essa posição, e é isso o que trazemos aqui para que possa ser debatido e discutido, com a presença de todos vocês aqui. Vamos tentar finalmente entrar nesse entendimento e, enfim, analisar a proposta desse projeto de lei que foi encaminhado à Câmara, que prevê não só a desocupação da área como também a incorporação dessa área de campo de murundus, que é uma área ambientalmente sensível e relevante para o parque, em substituição a essa área 28-A, que, no entendimento do órgão ambiental, não é tão relevante quanto essa outra a ser incorporada ao parque.

É isso o que estamos trazendo aqui e esperamos debater mais uma vez com os senhores para chegarmos a um consenso. Seria isso, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Muito obrigado, Dr. Paulo César Fonseca.

Quero citar a presença do Coordenador Regional de Ensino do Guará, Professor Afrânio, que passou o dia hoje aqui na Câmara. Agradeço sua presença.

Concedo a palavra, agora, ao Presidente da Terracap, Sr. Júlio César de Azevedo Reis.

SR. JÚLIO CÉSAR DE AZEVEDO REIS – Boa tarde a todos, Deputado Delmasso, Deputado Julio Cesar, Deputado Agaciel Maia, Deputado Chico Vigilante. Deputado Delmasso, quero, em sua pessoa, cumprimentar todos os demais Deputados presentes.

Deputado Delmasso, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pela iniciativa desta audiência, e gostaria de agradecer V.Exa. por abrir espaço para que a Terracap possa apresentar aqui à comunidade, apresentar aos demais órgãos de Governo e a todas aquelas pessoas que se interessam por este tema uma proposta de ampliação do Parque Ezechias Heringer. O que nós queremos com essa proposta é valorizar a vocação ambiental, valorizar a atribuição natural que aquela área possui. Então, Deputado Delmasso, para ilustrar aqui a proposta que hoje nós trazemos à baila



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

nesta Casa, nós fizemos uma apresentação no intuito de que as pessoas possam ver aqui, através de mapas, através de algumas ilustrações, a configuração que ora é proposta ao Parque.

O Parque Ezechias Heringer foi criado em 1984, por meio do Decreto nº 8.129, de 1984, mas ele só foi levado a registro cartorial em 1986. Então, é um parque que foi criado por meio de um decreto, e que possui um registro em cartório. Ele possui uma área total de 2.833.000 (dois milhões, oitocentos e trinta e três mil) metros quadrados, e essa área total está dividida em duas partes: a área 27, e a área 28 do Parque Ezechias Heringer. A área 27 é essa que fica ali, imediatamente atrás do Setor de Postos e Motéis Sul, e a área 28 é a área que fica atrás da Novacap, atrás do Parkshopping.

O que acontece é que, da análise do polígono, dos limites desse parque, nós verificamos que existem algumas áreas que possuem uma vocação eminentemente ambiental e hoje não estão protegidas. Então, nós temos aqui alguns campos de murundus situados nessa região aqui, próximo à entrada do Guará; nós temos aqui entre a TASA – Telecomunicações Aeronáuticas S/A, antiga, que fica atrás daquele Setor de Postos e Motéis, e algumas outras áreas que possuem algumas características que demandam um cuidado maior.

A proposta que nós trazemos gera uma reconfiguração do parque, em que nós estaríamos aqui ampliando essa parte sul do parque, que fica aqui entre a Telecomunicações Aeronáuticas S/A e a área atualmente ocupada pelo parque – lembrando que o limite do parque atual é esse polígono em vermelho, e o polígono proposto para o Parque, o limite proposto é esse limite aqui em amarelo. Nessa proposta, nós estamos ampliando estas áreas que estão hachuradas aqui em cinza, esta área aqui do lado, essa outra aqui que fica próxima à entradinha do Guará, e uma outra aqui, já acima da área da Radiobrás, muito próximo a uma área que hoje é ocupada por um setor de areeiros.

Nós estaríamos retirando do Parque aquelas áreas que estão totalmente antropizadas e que não têm nenhuma vocação ambiental. Quais são essas três áreas: parte de uma área ocupada pela alça de acesso daquela via que chega à Candangolândia, uma outra parte situada ao lado do ParkShopping e uma outra área, aqui ao norte, situada nas proximidades dos areeiros.

Por que nós estamos retirando essa partezinha aqui de cima? Porque por aqui vai passar a Via Interbairros, que foi rebatizada e passou a se chamar Transbrásilia. Então, a Transbrásilia vai passar por aqui, e nós precisamos liberar esse pedacinho para isso.

Quais foram as premissas que levaram a esse estudo? Quais foram os estudos feitos? Foi criada uma comissão, assim como disse aqui o nobre colega, em 2012. E por que essa comissão foi criada em 2012? Porque foi feita uma proposta de desmembramento da área original do parque em 2008, e a proposta inicial



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

contemplava tão somente o desmembramento da área conhecida como 28-A do Parque do Guará. Por que foi feito isso? Porque aquela é uma área que tem uma vocação, uma destinação, um potencial comercial muito alto. Então, o que se pretendia à época era tão somente desmembrar a área 28-A do Parque do Guará.

A proposta atual foi delineada a partir dos estudos que foram conduzidos pela Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal e pelo IBRAM – Instituto Brasília Ambiental, contando com o apoio da Terracap e com a participação de toda a comunidade. Esses estudos delinearão a nova poligonal. Vou dizer quais foram as premissas básicas.

Primeiro, existe no Ibram um projeto chamado Mapear. Esse projeto mapeou todas as áreas de parques do Distrito Federal e classificou, dentro dessas áreas dos parques, aquelas que estavam antropizadas, aquelas que possuíam vegetação nativa, aquelas que precisavam ser recuperadas.

Desse trabalho, dentro da área 28 do Parque do Guará, nós temos aqui, em verde, as áreas que ainda guardam características de cerrado; em magenta, esse biquinho aqui, essa área aqui no meio, são algumas áreas que estão totalmente antropizadas. Estão antropizadas porque dali foi extraído cascalho, areia. Então são áreas que foram degradadas por questões minerárias. E temos aqui algumas áreas formadas por campos de murundu. O que é um campo de murundu? É aquele terreno esponjoso, aquele terreno muito propício à absorção e à infiltração da água. A água entra por ali, e ele é que alimenta o lençol freático que alimenta os cursos d'água. Essa área é importantíssima. Ali não pode ser impermeabilizado, ali não pode ser construído nada. Então, a área tem que ser preservada. Essas áreas são exatamente as que estão aqui no cantinho. Pena que a resolução da imagem está ruim e os senhores certamente não vão conseguir verificar com a precisão necessária para chegarem às suas próprias conclusões.

Esse outro *slide* mostra o seguinte: essa aqui em cinza é uma área que precisa ser recuperada dentro do Parque do Guará. Essa que está em verde é uma área que ainda possui mata nativa, vegetação nativa, então ela tem que ser preservada. O que está em verde a gente tem que preservar, o que está em cinza a gente precisa recuperar. Ok?

Essa aqui é a configuração do parque. Nós estamos incluindo quatro grandes áreas que hoje somam mais de 61 hectares, somam cerca de 87 hectares, e estamos retirando do parque essas três áreas aqui, que somam cerca de 18 hectares.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Deixe só ele concluir. Nós já vamos conceder a palavra para os questionamentos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

SR. JÚLIO CÉSAR DE AZEVEDO REIS – Senhor, estaremos aqui à disposição para responder a essa sua pergunta e a toda outra que surgir no decorrer desta audiência.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Os membros da Mesa vão terminar de fazer as explanações. Já estão abertas as inscrições para quem quiser usar a palavra nos três minutos necessários para o debate.

SR. JÚLIO CÉSAR DE AZEVEDO REIS – Então, essas áreas do parque que estão sendo ampliadas são as que possuem uma vocação ambiental; as que estão sendo excluídas não têm a menor vocação ambiental, essas áreas não têm compatibilidade com o parque e estão sendo retiradas.

Aquela área ao norte será retirada para possibilitar a passagem da Transbrasília. Essa área ao sul está sendo retirada porque ela, na realidade, corresponde a um viaduto, ou seja, corresponde a uma obra de arte de um sistema viário. Essa outra área situada ao lado do ParkShopping está sendo retirada porque está totalmente antropizada.

Ela já foi objeto, no passado, de uma concessão para uma empresa que deveria ali ter instalado um parque aquático. Esse parque não chegou a ser instalado, e o contrato com a Terracap foi rescindido. Essa é uma área importante dentro da política atual do Governo do Distrito Federal, que é uma política de ocupação de espaços urbanos, de vazios urbanos. É uma política de adensar aquelas áreas que já possuem infraestrutura urbana, evitando que a cidade continue crescendo de forma espalhada, aumentando os custos de manutenção, aumentando os custos do Estado na prestação de serviços públicos.

Essa área possui uma destinação dada pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Ela possui um uso misto, ou seja, desmembrando-se essa área, retirando-se essa área do parque, ela será comercializada pela Terracap e ali poderão ser feitos empreendimentos comerciais e residenciais, o que já foi intensamente debatido em 2012, quando da elaboração e da aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Então, essa destinação já foi dada pelo próprio Plano Diretor. O que nós estamos fazendo é simplesmente reordenar o parque, ampliar a sua área e utilizar os recursos oriundos das compensações dessa área na própria região, no próprio parque.

Deputado, pena que a apresentação não pôde ser feita em sua plenitude, mas basicamente era isso que nós tínhamos aqui a mostrar. Se, de repente, a resolução ali for melhorada, no decorrer dos debates nós poderemos mostrar aqui as mesmas imagens, mas com uma clareza um pouco maior. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado. Vou pedir que deixem uma cópia da apresentação para podermos disponibilizar no *site* da Câmara Legislativa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Quero citar a presença do Deputado Julio Cesar, Segundo-Secretário da Mesa Diretora e também Líder do Governo aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Já fiz a menção ao Deputado Chico Vigilante. O Deputado Roosevelt Vilela está aqui. O Deputado Chico Leite também passou por aqui, mas disse que vai retornar.

Pergunto se algum Parlamentar deseja fazer uso da palavra agora ou se podemos encerrar as falas da Mesa. (Pausa.)

Concedo a palavra agora ao Sr. Administrador Regional do Guará, André Brandão.

SR. ANDRÉ BRANDÃO – Boa tarde, Deputado Delmasso. Boa tarde, membros da Mesa. Eu fico satisfeito em poder participar desta audiência pública e de ver que aqui hoje temos uma pluralidade muito grande de pessoas, de moradores da Região Administrativa do Guará. Isso enriquece o debate, enriquece as futuras deliberações que possam ocorrer e eu fico muito satisfeito com isso.

Hoje, como Administrador Regional do Guará, quando entro no Parque Ezechias Heringer muitas vezes me entristeço com algumas cenas que presencio de descarte irregular de lixo. Isso dificulta muito o trabalho da Administração Regional. O Ibram – Instituto Brasília Ambiental, muitas vezes tem suas dificuldades de gerir o parque, e essas questões acabam sendo tomadas para que nós da Administração Regional tomemos conta do parque e de suas imediações.

Fico muito satisfeito de estar aqui hoje com vocês debatendo esse tema importante que é a implementação definitiva do Parque Ezechias Heringer. Quero dizer, Deputado, que este é o anseio da comunidade do Guará como um todo. Eu, como representante da comunidade dentro da Administração Regional do Guará, posso dizer que o desejo da comunidade é realmente a implementação e a entrega definitiva do parque à comunidade do Guará. Precisamos cuidar daquela região que é importante não só para a Região Administrativa do Guará, mas para todo o Distrito Federal. É um bioma importante que precisa ser preservado não somente para estudos, mas para que a comunidade do Guará faça usufruto daquela área e curta um presente que a nossa Região Administrativa tem.

São essas as minhas palavras. Vamos aguardar o debate. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Muito obrigado, Sr. André Brandão.

Concedo a palavra ao Subsecretário de Áreas Protegidas, Cerrado e Direitos Animais, Sr. Leonel Generoso, representando neste ato a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal.

SR. LEONEL GENEROSO – Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento o Deputado Delmasso, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa e todos os Deputados presentes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

O Parque do Guará foi um dos primeiros parques criados no Distrito Federal, juntamente com o Parque da Prainha do Gama. Eles têm um papel ecológico fundamental nessa região que é muito pressionada pela expansão urbana, é uma área verde de fundamental importância.

Os estudos do clima no Distrito Federal que vem se desenvolvendo pela Secretaria do Meio Ambiente mostram que teremos nos próximos trinta anos um cenário de aquecimento da temperatura ambiente, o que já se demonstrou no ano passado, quando em outubro e em novembro ocorreram as maiores médias de temperatura de toda a história e a redução das chuvas em função justamente da diminuição da vegetação entre outros aspectos mais globais.

Os aspectos globais são difíceis de administrar, mas os locais são possíveis. Uma das formas mais baratas e eficientes de mitigar os efeitos das mudanças climáticas é aumentar as áreas verdes nas cidades. Em um futuro bem próximo, muitas pessoas que antes não entendiam a importância desses parques, e por esses motivos jogavam lixo, degradavam e invadiam, terão muito claro pelo efeito no seu dia a dia na sua qualidade de vida. Inclusive estudos de pesquisadores da Católica com pós-graduação em Harvard, nos Estados Unidos, comprovam que em uma área de 500 metros ao redor dos parques as doenças cardíacas diminuem bastante. Este é um efeito que acontece no mundo inteiro.

Então, é fundamental para nós que o Parque do Guará seja implantado, como disseram o Administrador e todos os outros. Para isso, existem dois óbices: o primeiro é a regularização das ocupações dentro do parque, ou seja, a retirada das ocupações irregulares, porque um parque é uma unidade de conservação que não permite pessoas morando em sua área. É uma categoria que não permite isso. E eles vão ser essenciais para esse futuro que nós estamos prevendo, porque são áreas não edificantes e áreas verdes que precisam ser preservadas. A gente já discutiu isso em várias audiências.

Os chacareiros que estão lá há muitos anos deveriam ter sido retirados na criação do parque, porque, quando você cria um parque, a presença dele se torna incompatível com essa nova categoria. Então, faltou uma ação de governo de retirada há muito tempo e uma possível destinação para outras áreas, de forma que as pessoas não sejam prejudicadas, considerando, também, que muitas pessoas já foram indenizadas, saíram, voltaram. Isso tudo tem que ser considerado.

Essa comissão – que, durante dois anos, muito democraticamente discutiu este assunto, com participação de todas as partes envolvidas – fez um trabalho muito bem feito, um trabalho que eu considero exemplar, e numerou com muito detalhe todos os problemas desse parque.

Cabe uma ação de governo no sentido de regularizar a situação fundiária, para que, em seguida, nós possamos cercar o parque e consolidá-lo. Então, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

segundo ponto é definir a poligonal do parque para poder cercá-lo. Porque, enquanto não há essa poligonal definida, a gente não pode cercar.

Essa proposta que foi encaminhada pelo Secretário do Meio Ambiente de retirada da Área 28-A e acréscimos das demais áreas foi encaminhada com tranquilidade pelo secretário no sentido de que há um ganho muito significativo do ponto de vista ambiental nessas permutas, ou seja, as áreas que estão saindo do parque são áreas bastante antropizadas e as áreas que estão entrando são áreas de preservação permanente, nascentes, murundus, que muito vão colaborar para a manutenção do rio.

Então, a posição da Secretaria do Meio Ambiente é que essa permuta possa acontecer para que a gente possa finalmente definir os limites definitivos do parque e fazer a regularização necessária para que ele seja um parque 100% disponível para a população com todas as condições necessárias para que tenha lazer, para que tenha educação, para que tenha todos os objetivos para os quais ele foi criado.

Essa é a posição da Secretaria do Meio Ambiente. Agradeço a oportunidade de poder expressá-la aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Sr. Leonel.

Antes de passar a palavra aos participantes, quero citar a presença do Presidente do Conselho Comunitário de Segurança do Guará, o Antônio Sena; do Alcir de Souza, responsável pelo Jornal do Guará; da Suely Rodrigues, assessora da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto e Cruzeiro; do Sr. Carlos Antônio Leal, Diretor Técnico da Terracap; do Sr. Gustavo Adolfo Moreira Marques, Diretor de Gestão Administrativa e de Pessoas da Terracap e a do Sr. Gustavo Dias Henrique, Diretor Extraordinário de Habitação e Regularização de Interesse Social. Se há aqui algum diretor da Terracap cujo nome eu não tenha citado, quero já também agradecer a presença.

Queria perguntar se algum Deputado gostaria de fazer uso da palavra neste momento. Deputado Chico Vigilante, Deputado Julio Cesar e Deputado Roosevelt Vilela? Não? Ok.

Vamos passar aos debates. Para as inscrições, é só levantar a mão, que a assessoria as fará. Já temos onze inscritos, lembrando que cada inscrito tem direito a três minutos.

Concedo a palavra, inicialmente, à Sra. Ana Júlia Heringer, filha do Ezechias Heringer.

SRA. ANA JÚLIA HERINGER – É um prazer estar aqui participando desta reunião. Já de antemão, digo que três minutos é muito pouco, mas, de qualquer maneira, são três minutos. Vou tentar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Sem dúvida alguma, o projeto proposto é um projeto bastante convincente. Mas eu acho que a Área 28 é uma área adjunta, é uma área cuja troca por outras áreas ambientalmente muito mais ricas, aparentemente, não vai causar nenhum problema ao parque. Entretanto, assim como o Leonel falou, e eu concordo com ele, há a necessidade de criação de áreas verdes mais e mais.

Mas veja bem, nós vamos criar uma área verde de 80 hectares, e vamos estar criando um impacto em 20 hectares de edifícios que vão gerar um contingente de pessoas, de carros, de pavimentação do solo, o que vai causar um impacto no parque a médio e longo prazo incomensurável. Não vai sobrar pedra sobre pedra e, muito menos, não vai sobrar um murundu.

Então, a minha preocupação não é com a retirada dessa ou daquela área, porque é interesse do governo ter essas áreas. Além disso, as estradas, essa estrada que vai ser criada, a Via Transbrásilia, vai tirar a lateral do parque, e ainda vai retirar áreas do parque. Então, não é simples. Aparentemente é tranquilo. Você troca uma área protegida, uma área de conservação, uma área de murundu, que realmente é uma área maravilhosa e precisa ser conservada, mas o entorno do parque, com o que vai ser criado, que é o famoso efeito de borda, a médio e a longo prazo, esse parque não terá sustentabilidade do ponto de vista da sua integridade biológica. Não tem. Ele vai ser um parque urbano, um parque onde, se o Estado quiser, nós faremos uma bela conservação *ex situ* e teremos áreas a serem recuperadas.

Outra coisa que eu queria deixar aqui é que, quando se fala em vocação ambiental de uma área, para mim, qualquer área tem vocação ambiental. Ela pode ser recuperada, ela pode servir para recarga de aquíferos, pode servir para n coisas. E Brasília precisa muito de áreas de recargas de aquíferos, porque nós estamos vendo o problema ambiental que está aí.

Então, dito isso, eu quero dizer que para mim não é simples a forma como é colocada. Eu acho que a comunidade do Guará vai sofrer muito. E eu posso dizer aqui, vocês me perdoem, mas se for monitorado, se for controlado, se for feito um projeto delimitando o uso, hoje, os chacareiros bem manejados e bem monitorados trazem menos impacto ao parque do que trará o que estão querendo propor. (Palmas.)

Então, é isso que eu tinha a dizer. Enfim, eu me coloco à disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Ana Julia.

O próximo a fazer uso da palavra é o Sr. Damião Cordeiro, Líder Comunitário. Em seguida, Luciano Lima, Jornalista e Coordenador do Movimento Amigos do Parque do Guará.

SR. DAMIÃO CORDEIRO – Deputado Delmasso, nós agradecemos a você imensamente por ter tido essa visão de oportunizar a discussão ampla sobre o nosso parque. Mais uma discussão, mais uma porta que se abre.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Boa tarde a todos.

Na minha visão, eu não vejo com bons olhos essa simplificação de trocar uma área pela outra. Eu acho que a Área 28 não pode ser retirada da poligonal. Ela é inegociável. Ah, mas o governador tal colocou um projeto para implantar. Não tem como, porque nós já vamos perder uma área significativa com a implantação da Transbrásília. Isso, embora não tenha sido dito aqui, na prática nós vamos perder novamente, lá na frente, mais uma área. Então, a Área 28-A para nós é inegociável.

Segundo, tem uma emenda também, que foi apresentada pela Deputada Telma Rufino, nesse projeto que destina 20% do que for arrecadado com eventuais recursos para o fundo.

A nossa ideia, da comunidade do Guará, é de que todos os recursos que forem arrecadados com relação a essas áreas devem ser implementados no Guará, não no fundo, porque o fundo é de todo o Distrito Federal, ele vai ser gasto em outros projetos e não no Guará.

Então, a ideia nossa é de que nessa emenda apresentada pela nobre Deputada Telma Rufino, embora seja meritória, seja resguardado, no projeto de lei, que todos os recursos advindos de trocas, enfim, sejam implementados no Guará e não no fundo.

Em terceiro, Deputado, nós gostaríamos muito de deixar isto muito patente, porque o discurso dos gestores na Mesa hoje foi: “Ah, nós só vamos aumentar o parque, não é? Vamos aumentar para lá e para cá”. Não. Nós estamos diminuindo, porque a Área 28 é de significância enorme para nós.

Se ela já está degradada, ou se já não será possível mais utilizá-la como um bioma, ou como apoio, ela pode servir ali para nos ajudar de alguma maneira a preservar o verde. Que este governo seja o governo da implementação do verde, e não da retirada do verde.

Eu vi o Deputado Julio Cesar, que é o Líder do Governo atual. Este Governador que aqui está esteve no Guará e nos prometeu que iria implementar o parque. Então, eu gostaria muito que o Governador cumprisse essa promessa dando para a comunidade do Guará o verde que merecemos. Obrigado, Deputado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado.

O próximo a fazer uso da palavra é o Luciano Lima. Depois do Luciano, nós vamos partir para a resposta da Mesa aos três interventores iniciais. Logo após a intervenção da Mesa, os próximos três a falar serão o Gurgel, da Liderança do Guará, o Joel Alves, da Rádio Guará FM, e o Anastácio Pereira da Silva, que é chacareiro.

Concedo a palavra ao Luciano Lima.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

SR. LUCIANO LIMA – Boa tarde, Deputado Delmasso, parabéns por mais este evento. A gente está aqui debatendo o nosso Parque Ecológico Ezechias Heringer. Eu gostaria de saudar o André, Administrador do Guará, que teve, nos últimos meses, bastante contato com o parque, inclusive participou de uma prova de *mountain bike* no parque, pôde conhecer como realmente é o nosso parque, é um dos biomas mais importantes do Distrito Federal. Quero aqui saudar todos os presentes em nome das queridas filhas do nosso saudoso e querido Ezechias Heringer.

A gente já está debatendo o Parque do Guará há muitos anos, e a gente vem perdendo espaço, o parque vem perdendo espaço ao longo dos anos. Eu tenho que admitir que o projeto, de todo, não é ruim. A gente já discutiu tanto que eu te juro que me deu um branco agora, aqui, viu? Sério!

Eu que já espernei tanto por esse parque, eu que brinco nele desde 1978 quando tínhamos os tobogãs de argila, que hoje não existem mais no parque, mas eu acho que o mais importante agora, Deputado Delmasso – e a gente precisa contar com o senhor, e eu acredito que você pode nos ajudar –, é a gente implantar definitivamente essa poligonal do parque, para que a gente possa proteger o nosso bioma.

Eu não vou repetir porque até me sinto já representado pelas palavras de muitos que foram ditas, inclusive da Ana e do subsecretário. Eu não vou repetir, mas é importante que a gente defina logo, porque o Guará está esquentando; hoje o Guará é uma cidade mais quente, bem mais quente.

Os moradores do Guará têm noção do que representa esse parque, do que representa de fato esse parque para nós. Ele não é só um monte de planta e mato retorcido, de orquídea. Não é só isso. É sobrevivência para quem mora naquela cidade. É qualidade de vida, ar puro e um ambiente saudável, onde você pode conviver com mais qualidade de vida no Guará. Hoje o Guará é uma cidade bem mais quente.

A gente precisa definir logo o que será feito dos chacareiros. Essa definição precisa ser definitiva. Eu tenho muitos amigos que são chacareiros e os defendi quando se falava da indenização deles, mas tenho que concordar com a Ana. Pelo projeto que está por vir, eles fariam menos mal do que as coisas que podem acontecer no parque com a implantação de prédios de 25 ou não sei quantos andares. Precisamos ter sensibilidade.

O governo – não só o governo, mas os deputados e todos nós, com responsabilidade – temos que definir de imediato a poligonal desse parque: está definido, o parque é isso, ninguém mexe mais. A comunidade vai poder usufruir e ficaremos tranquilos, porque ele está diminuindo tanto, que eu tenho medo de o parque perder mais espaço e a comunidade futuramente ser prejudicada.

Eu moro vizinho – saio da minha casa, entro no parque –, na QE 36 do Guará II. Eu uso o parque todos os dias para caminhar, andar de bicicleta e fazer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

tudo. Então, eu acho importante ter essa sensibilidade, Deputado Delmasso. Temos que fechar essa questão o mais rápido possível e definir a área do Parque Ecológico Ezechias Heringer, que eu insisto ser o segundo ou terceiro bioma mais importante do Distrito Federal.

Agradeço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Luciano.

Concedo a palavra ao Leonel Generoso, representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal.

Logo após, eu passarei a palavra ao presidente da Terracap, para fazer as considerações dos primeiros interventores.

SR. LEONEL GENEROSO – Agradeço a sua fala, Ana Júlia, porque eu ia colocar essa questão, mas na hora acabei não querendo me estender muito e não disse.

Ontem eu estava numa discussão com o pessoal do Mangueiral a respeito justamente da luta deles pelo parque de lá. Eles estão avançando no movimento em busca do que é uma cidade sustentável e de como eles podem chegar a ter uma cidade sustentável. Em determinado momento, eu disse que uma cidade sustentável, no caso do Guará, por exemplo, não vai ser só a luta pelo Parque do Guará, que é fundamental e ninguém duvida disso. A luta pelo Parque do Guará é só o começo para que o Guará se torne uma cidade sustentável.

Quando eu propus, na posição da SEMA – Secretaria do Meio Ambiente – de que a gente concordaria com essas permutas, a gente examinou à época, do ponto de vista ambiental, que ela seria bastante benéfica para o parque, à medida que aumenta a área do parque, a área relevante do ponto de vista ambiental, fisicamente e ambientalmente.

Mas o que eu me esqueci de falar, e a fala da Ana Júlia me lembrou, é que o que vai derivar da saída dessas áreas do parque são novos projetos de ocupação urbana, e esses projetos têm que ser licenciados um a um. É fundamental que a comunidade se mantenha mobilizada, e o que for feito nesses lugares liberados para novas ocupações deve atender os interesses da comunidade. Ou seja, prédio de 28-Andares é viável, é factível? A comunidade quer? Não quer? Existem possibilidades, existem condições para que a comunidade influencie no processo de licenciamento para que essa ocupação seja a mais adequada possível.

O mesmo caso é essa estrada Transbrásilia. Claro que toda estrada causa impacto no entorno, mas o licenciamento dela pode permitir que ela seja feita da melhor forma possível. Do ponto de vista, vamos dizer, teórico da licença, podem até decidir não fazer. Tudo é licenciável e tudo precisa passar por audiências públicas, pelo crivo da sociedade, por tudo isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Então, não estão entregando áreas para qualquer tipo de ocupação, é importante que se diga isso. Em todo processo de ocupação de novas áreas, caso aconteça permuta, ela será licenciada num processo transparente. Tenho certeza de que o Deputado Delmasso e os demais Deputados desta Câmara Legislativa vão acompanhar esse processo, e principalmente a comunidade do Guará vai precisar acompanhá-lo, para que continue progredindo a ideia de o Guará se tornar uma cidade sustentável, com todos os problemas.

Com isso eu complemento a minha fala.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao presidente da Terracap, Dr. Júlio César.

SR. JÚLIO CÉSAR DE AZEVEDO REIS – A vantagem desta audiência é que ela permite nós prestarmos esclarecimentos diversos aqui. Nesse sentido, faço uma comparação.

Estou vendo ali uma faixa em que está escrito: “Novas quadras no Guará-DF. Ao Deputado Rodrigo Delmasso e aos demais Distritais, os nossos agradecimentos pelo empenho na aprovação do PLC nº 33, de 2015”. O que é o PLC nº 33, de 2015? Ele criou as normas urbanísticas e edículas das novas quadras do Guará, que vão da quadra 44 até a 58. Isso foi importante, as pessoas precisam de moradia. Aquelas quadras estão aprovadas do ponto de vista urbanístico, licenciadas do ponto de vista ambiental, registradas em cartório e disponíveis para a população morar.

Isso nos remete ao conceito de sustentabilidade que o Leonel acabou de citar aqui. O que é sustentabilidade, em rápidas palavras? É o equilíbrio das questões ambientais, das questões econômicas e das questões sociais. Nós temos que ter preocupação com o meio ambiente, é óbvio. O meio ambiente deve nortear todas as nossas decisões, todos os nossos atos. Mas temos que ter preocupação com as duas outras pernas desse tripé: as questões econômicas e as questões sociais. É importante ressaltar o que o Luciano falou. Já houve tanto projeto, tanta discussão, que tem hora que ficamos perdidos. Qual é a proposta atual? Não sabemos se a proposta atual é boa, é ruim, se é ou não a que temos na cabeça.

Eu quero aproveitar para descrever um pouco mais essa proposta. Em 2008, quando foi proposto tão somente o desmembramento da área 28-A do parque, é bem verdade que o que se pretendia ali era realmente fazer edifícios com 25 pavimentos. A norma de gabarito proposta naquela época possibilitava ali edifícios bastante altos. O que aconteceu? Com a participação da comunidade e com as discussões que foram levadas a efeito a partir daquele grupo de trabalho criado em 2012, definiu-se que ali não poderiam ser construídos edifícios com 25 pavimentos. A altura máxima das edificações deveria ficar restrita a 26 metros, o que corresponde a 6 andares. Portanto, está sendo proposta aqui a criação de edifícios de 6 andares e coeficiente máximo de permeabilidade de 30%. Não podem mais construir aqueles



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

prédios que queriam construir em 2008, e essa conquista foi introduzida com a participação da comunidade.

A Dra. Ana Júlia ressaltou a importância de se preservar o parque. As pessoas costumam, Ana Júlia, ter medo da urbanização, ter medo do urbanismo. O urbanismo é um grande indutor de desenvolvimento e de crescimento. Toda vez que se faz um projeto, uma intervenção dessa magnitude, qualquer intervenção, há dois tipos de compensação a pagar. A primeira é a compensação ambiental. Quem define essa compensação ambiental, conforme já explicou aqui o Leonel, é o órgão ambiental, é o Ibram. O que é a compensação ambiental? Uma compensação pelo dano que você gera ao meio ambiente.

Toda atividade humana é danosa. A gente já nasce gerando impacto. Por que a gente nasce gerando impacto? Porque quando a gente chora quando nasce, a gente respira oxigênio e expira gás carbônico. Então, a gente está consumindo um recurso natural que é imprescindível. Portanto, a nossa atividade humana é eminentemente impactante.

Essa compensação ambiental é calculada em função do valor do empreendimento. O Ibram vai lá, usa uma formulazinha matemática e diz: “olha, vocês têm que pagar x milhões de reais aqui de compensações ambientais”.

E existe outro tipo de compensação que é a chamada compensação florestal. O que é isso? Para cada indivíduo arbóreo – não é árvore. Qual a diferença do indivíduo arbóreo para uma árvore? Às vezes, um arbustozinho pequenininho é considerado um indivíduo arbóreo, e para cada arbustozinho que você suprime, que você corta, você tem que plantar 30 no local. Então, o Ibram define quantas árvores você vai ter que plantar em função de quantas árvores você está suprimindo.

É possível que as compensações ambientais e florestais sejam aplicadas ali naquela região. Não há a menor dificuldade para isso. Mas o que precisa ser feito? Isso precisa estar claro na autorização legislativa para que o Ibram saiba que ele tem que definir para aquela região aquela compensação ambiental e aquela compensação florestal.

A Dra. Ana Júlia também falou da necessidade de se implementar o verde, e eu queria ressaltar aqui três ações rápidas da Terracap no sentido de implementar o verde.

A Terracap possui um convênio com a FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, fundação de apoio ao apenado. Através desse convênio, aqueles apenados, aquelas pessoas que estão presas na Papuda, a mão de obra dessas pessoas é utilizada na produção de mudas, e essas mudas são utilizadas para pagamento das nossas compensações florestais, na compensação dos nossos empreendimentos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Nós temos outro convênio com o Jardim Botânico. Por meio desse convênio, o Jardim Botânico produz 500 mil mudas/ano para a Terracap, também para a Terracap utilizar em suas compensações. Essas mudas estão sendo utilizadas no pátio ferroviário, que fica atrás da antiga rodoferroviária. Tem um trabalho muito bacana da empresa ali, onde nós plantamos 468 mil mudas utilizando lodo de esgoto da Caesb. Então, é uma coisa muito bacana. Vale a pena conhecer.

Respondendo ao Damião Cordeiro, esse projeto que foi apresentado aqui não interfere em nada na Transbrásilia, antiga Interbairros. Não existe nenhuma interferência desse projeto na Interbairros. Então, com relação àquilo que você argumentou, eu acho que isso também é fruto daquilo que o Luciano disse, porque já houve diversas propostas de poligonais, de limites para esse parque, e alguns dos limites propostos anteriormente extrapolavam a área hoje proposta, ultrapassavam a Interbairros e chegavam, inclusive, a englobar aquele setor de areeiros que tem ali por trás da Novacap.

Então, nessa proposta, na proposta atual, não existe nenhuma interferência do projeto no projeto da Interbairros. Ok?

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Presidente.

Eu queria perguntar se o representante do Ibram gostaria de fazer uso da palavra para, talvez, responder algum questionamento.

SR. ANDRÉ BRANDÃO – Na verdade, seria só uma complementação daquilo que a Ana Júlia questionou com relação ao processo da substituição da área da 28-A.

Na verdade, o Leonel já respondeu que essa área, ao ser substituída, vai passar por um processo de licenciamento. Esse licenciamento ambiental, como bem explicou o Presidente da Terracap, é bastante rigoroso. Com isso, a gente vai ter oportunidade de fazer certas exigências que vão suprir, muitas vezes, demandas para o parque ou para a região do entorno dessa área, da 28-A.

Além disso, com relação aos recursos, o que foi dito aqui também pelo Presidente da Terracap, é que esses recursos, tanto os da compensação florestal quanto os da compensação ambiental, devem, necessariamente, ser empregados na área onde está sendo ocasionado o dano, onde está sendo feito o empreendimento. Então, de qualquer maneira, ele tem que ser feito na área onde está sendo implantado o empreendimento, no caso, a 28-A, e com o detalhe de que a câmara de compensação ambiental, que é quem define a utilização desses recursos, recentemente passou por uma modificação e hoje não é composta só por membros do próprio Ibram e da Secretaria de Meio Ambiente. Ela foi aberta hoje, a comunidade científica participa, as universidades. A população, organizada através da sociedade civil, também participa da deliberação desses recursos, tanto da ambiental quanto da florestal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Só para complementar, com relação ao que o Damião questionou e com relação às ocupações. O que a gente tem é que as ocupações existentes no Guará fazem parte de um estudo. Esse estudo já levou em conta todos os que já foram indenizados, todos que deveriam já ter saído e não saíram, enfim, esse estudo é completo e esse relatório traz todas as pessoas que já receberam ou deverão ser contempladas com algum tipo de benefício pelo fato de estarem ocupando uma área e sendo obrigadas a se retirarem dessa área. Seria isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Gurgel, da liderança do Guará.

O próximo, depois do Gurgel, é o Joel Alves, que é morador e também ex-administrador regional do Guará e radialista da Rádio Guará FM, e, por fim, o Anastácio Pereira da Silva, que é chacareiro.

SR. GURGEL – Obrigado. É uma honra para mim. Senhores, primeiro eu quero falar a respeito dessa área, a 28-A, que todo mundo está defendendo muito aí. O que acho interessante, e isso aqui já vai criar uma polêmica muito grande, é que todo o pessoal que passou por aqui falou: “Ah! A área 28-A vai causar impacto não sei onde, não sei onde, não sei onde”. Eu lembro muito bem porque eu participo de todas as audiências públicas que foram feitas no Guará durante esses últimos anos a respeito de meio ambiente e eu não vi ninguém, nenhum desses senhores que vieram aqui até agora, defender a não implantação daquela área do Guará Parque, que está muito próxima, que prejudicou demais a região. Aquilo ali prejudicou demais a região, porque teve, além do adensamento demográfico, o problema de mobilidade. Até hoje, essa EPIA sofre com isso aí e eu não vi ninguém.

Outra coisa também: a gente já discutiu demais essa Área 28-A. Se o próprio Ibram está dizendo que essa área, ambientalmente, é de um valor muito baixo, por que não trocá-la por essas áreas que são inseridas novamente no parque? Outra coisa: eu não acredito também – é tipo o mel na boca que eles passam na boca da gente – que os edifícios que lá serão construídos serão apenas de seis andares. Meu amigo, vamos deixar de hipocrisia e vamos falar a verdade. A grande verdade é que lá não serão colocados apenas edifícios de seis andares, serão edifícios de muito mais! Digo isso porque o Guará está adensado demograficamente justamente por causa disso. O PDOT só permitia, no máximo, seis andares. Vejam quantos andares tem lá. Vocês têm um exemplo muito claro disso: Águas Claras. O comércio de imóvel em Brasília não suporta mais esse tipo de edifício. Com todo respeito ao Presidente da Terracap, acho que alguma coisa está errada nessa brincadeira aí.

Tudo bem, acho que o mais importante hoje é definir, de uma vez por todas, a ladainha dessa poligonal. Eu acho que hoje o Guará sofre muito. Eu, às vezes, falo. O pessoal não gosta muito que a gente fale esse tipo de coisa, mas eu digo que o Guará é um lugar meio amaldiçoado. Sabe por quê? Porque ele é muito próximo ao Plano Piloto, e as pessoas de todas as cidades, venham de onde vier, têm que passar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

pelo Guará. Isso criou um problema grande para nós, porque se fôssemos a um cantão qualquer desses aí, eu duvido que o governo sequer olhasse para nós.

Eu estou ficando velho de participar de audiência pública. Entendeu? E até agora nada foi definido, principalmente essa aqui. O que eu acho é que os nobres Deputados deviam colocar logo, de uma vez por todas, a votação dessa poligonal e, se tivermos que discutir alguma coisa após isso aí, depois da implantação do parque, definimos isso aí. Qual é o problema? Os chacareiros querem colaborar, querem sair. O Marcelo inclusive está aí e já falou isso.

Eu acho que a gente tem que aproveitar esta oportunidade e realmente implantar essa poligonal e acabar com essa ladainha. Rapaz, nós estamos perdendo o nosso tempo aqui. Todo dia, todo dia, vamos discutir isso aqui. Ora, implanta! Se é do povo, devolva ao povo! Qual é o problema? Não vejo problema nenhum. O que eu acho é que tem de acabar com esse nhenhém de: "Ah, vai chover não sei onde, vai ter mato não sei onde." Rapaz, tem que acabar com isso. Vamos definir: é bom para o Guará? Então vamos dar isso ao Guará. Qual o problema? Que o Guará seja abençoado com isso. Eu acho que vai valer para todo mundo, não é só para mim, não.

O Luciano quer que eu fale que ele tem razão. O Luciano não tem razão.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Sr. Joel Alves.

SR. JOEL ALVES – Boa tarde, gente. Eu vou ser bem rápido e objetivo.

Na verdade, nós que trabalhamos na rádio temos muito acesso à informação e acesso à solicitação das pessoas. O que o morador do Guará quer? Agilidade. O que o morador do Guará quer? Ter acesso ao parque. O que o morador do Guará quer também? Que os chacareiros sejam respeitados. Isso ficou claro aqui. A Ana Júlia falou muito bem.

Tem uma coisa muito importante: não é só desocupar, a gente que agir, trabalhar e dar espaço para a comunidade. Está cheio de jovens doidos para atuarem dentro do parque. Então, o que se precisa fazer? Segurança. Como? Cercar o parque. A gente tem um exemplo muito ruim ali perto da 46, no Setor de Postos: os chacareiros foram tirados de lá, e já tem notícia de desova de carros naquela área. E o governo não agiu! O governo tem tempo de ação, senhores. O governo tem que agir rápido. Eu falo isso com conhecimento, porque sofri isso também. A gente tinha muitos projetos, mas não deu para fazer nada porque o governo acabou rapidinho. Então, vamos fazer rápido!

É difícil você, por exemplo, encontrar o André dentro da administração. É muito difícil! Está sempre na rua fazendo as coisas e fazendo logo e rápido! E é assim que tem que ser. O que nós precisamos? O parque liberado, cercado e vigiado.

Pedimos aqui uma coisa muito importante, que é a volta do policiamento florestal que foi tirado do Guará, e não pudemos nos manifestar. Tem de ter



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

policimento e outra coisa: fazer a reocupação do solo, fazer as coisas logo, mas só que tem que fazer rápido isso, porque a gente não aguenta mais tanta ladainha e tanta conversa. O que a gente pede para os Deputados e para o governo é agilidade nas ações.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Joel.

Concedo a palavra ao Sr. Anastácio Pereira da Silva, chacareiro. (Pausa.)

Depois eu vou perguntar à Mesa se as três intervenções vão precisar de resposta. Se não for preciso, daremos continuidade.

Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Teixeira, Presidente da Associação de Chacareiros.

SR. MARCELO TEIXEIRA – Muitos daqui já me conhecem. Meu nome é Marcelo. Eu não queria vir aqui, Deputado, falar na tribuna, mas algumas coisas me deixam indignado, porque as pessoas colocam para se tornar uma verdade e não é verdade.

Muitos dos chacareiros aqui moram bem antes no parque, Dr. Leonel, do registro em cartório. O registro em cartório do Guará fala que as áreas 27 e 28 se destinam ao Parque do Guará, mas ele não colocou uma poligonal. Essa poligonal só foi pedida na lei que criou o parque, que foi, na época, pelo Governador Cristovam e pelo Deputado Cafu. No seu artigo 2º... Então, não é porque a desocupação... Não somos nós que não queremos sair. É que isso foi conversado antes com governos anteriores. No artigo 2º, dizia-se que a gente seria indenizado e assentado em outra área. Nós concordamos em sair do parque. Depois veio o PDOT, depois veio o PDL do Guará, depois veio o artigo 285, que falou que a gente ia sair, aquele negócio todo. Então, a gente nunca foi empecilho.

Eu gostaria de deixar bem claro aqui, Presidente da Terracap, que a gente não quer ficar no parque, não. Nós estamos querendo só a nossa dignidade. Nós estamos no parque esses anos todos, há 40, quase 60 anos, com a anuência do governo. A própria Secretaria de Agricultura não deu apoio, a Fundação Zoobotânica... Isso tem de ser levado em conta. Quando o senhor fala da via interbairros, eu não sei se mudou esse projeto, mas essa via vai cortar o Parque do Guará ali na área da 28, a não ser que tenha mudado o projeto. Nessa mudança – está dentro do estudo do impacto ambiental –, muitas nascentes secarão e muitos animais morrerão, haja vista o que está acontecendo no Setor de Oficinas Sul. Hoje haverá um grande empreendimento lá.

A enxurrada, a água – quem é chacareiro e mora ali naquela região sabe muito bem disso – vem toda para dentro do parque. Está caindo merda, esgoto, tudo dentro do córrego do Guará. E eu não vejo o Ibram fazendo essa fiscalização. Eu gostaria de deixar bem claro que eu acho que o Ibram, como órgão ambiental, não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

está tendo condições – pode ter – de tomar conta do parque, de uma área daquele tamanho. Administrador do Guará, vai começar agora a seca. Vão colocar a culpa nos chacareiros. Os oficineiros ali jogam lixo de alta combustão, que é pneu, óleo e outras coisas nas margens do parque e, quando pegar fogo, vão falar... Alcir, do jornal, não são os chacareiros, não. Vá lá filmar os oficineiros.

Então, para concluir, Dr. Paulo César, essa comissão, que foi criada no Governo Agnelo, não terminou seus trabalhos, não, porque ali estava escrito nas atas... Inclusive questionamos o relatório, porque tem muita coisa errada nele. Ele pode ser um relatório muito bem feito para o governo, mas lá há vários e vários – e provamos documentalmente – chacareiros... Por exemplo, o Sr. Cícero aqui, deram uma casa para ele na 34 do Guará, mas ele nunca teve essa casa. Isto aconteceu nesse relatório com muitos chacareiros: deram imóvel para chacareiro que nunca foi beneficiado com nada, estão dando coisas para esses chacareiros. Nós entramos com recurso lá no Ibram. A gente gostaria que se revesse esse relatório.

Outra coisa, Deputado Julio Cesar, ficou acordado nessa comissão que o Executivo, depois desse decreto, mandaria um projeto à Câmara Legislativa, Deputado Delmasso, para resolver a nossa retirada. Nós não nos recusamos a sair do parque, não. O que nós estamos querendo é respeito e dignidade. Agora, que o Ibram não tem condições de tomar a conta atualmente do parque, isso é público e notório, haja vista lá a quantidade de lixo, de carros, de pontos de drogas e todas as mazelas que estão acontecendo dentro do parque. Aí, vêm culpar os chacareiros por tudo. Os chacareiros não são contra, querem a implantação do Parque do Guará para as pessoas de lá. Eu quero deixar bem claro isto: o parque é da comunidade do Guará. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Marcelo.

Pergunto se algum membro da Mesa gostaria de fazer alguma consideração referente às falas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao representante do Ibram.

SR. PAULO CÉSAR FONSECA – Coordenador de Unidades de Conservação.

Bom, Anastácio, com relação ao que você mencionou agora há pouco, com relação ao relatório, eu tenho ele aqui em mãos. Na ocasião, fizeram parte, como titular, Marcelo Teixeira dos Santos e, como suplente, Anastácio Pereira da Silva. Houve a concordância de todos eles com a conclusão dos trabalhos.

Com relação à gestão do parque, realmente o Ibram tem dificuldade. A dificuldade depende também da retirada das ocupações. Muitas vezes, o Ibram não tem como solicitar para a Novacap ou para a Administração certas ações pelo fato de estar ocupado, de ter dificuldade de entrar na área. Então, essa gestão, que não é do Ibram... O Ibram não é dono de nada. O parque é do Governo do Distrito Federal. Então, todos os órgãos do GDF participam: a Terracap participa, a Novacap



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

participa, o DER participa, a Administração constantemente participa. Então, só podemos agir a partir do momento em que nós temos condições de entrar na área, de fazer a gestão dessa área. Se a área está ocupada, que seja indevidamente ou não, não temos como promover certas ações, certas atividades dentro do parque, talvez até mesmo essa de fazer a limpeza a que você fez menção, porque realmente vai para o córrego. Seria basicamente isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Quero chamar a Kelvia Heringer, uma das filhas do Ezequias Heringer, para o uso da palavra. Após a Kelvia, o Alcir Souza, do jornal do Guará. Depois o Emerson Santos, perito criminal e morador do Guará.

Concedo a palavra à Dra. Kelvia Heringer, arquiteta.

SRA. KELVIA HERINGER – Prezados amigos, moradores do Guará, Exmos. Srs. Deputados, estou hoje aqui apenas para lembrar o meu pai, o meu bom e querido pai Ezequias Paulo Heringer. Quero dizer aos senhores que ele foi um dos primeiros moradores do Guará, em 1960, 1961 e 1962, quando nos mudamos para a W3. Eu hoje fiquei um pouco emocionada com a nova poligonal que foi indicada principalmente pelo Presidente da Terracap, que mostrou uma nova área adjacente ao parque que será introduzida. Talvez seja ali o local onde nós morávamos. Meu pai ali fez seus primeiros estudos. Ali ele se dedicou à Botânica. Ali ele partiu para criar os outros parques. Criou Águas Emendadas nessa época, tudo concomitante. Criou o parque que hoje o homenageia e tem seu nome, além de outros parques e um monte de outras coisas que foram criadas naquela época.

Quero hoje agradecer a essa comunidade, ao governo, aos representantes do Ibram que estão aqui, aos da Secretaria do Meio Ambiente e a todos os representantes do Legislativo essa honra de o Parque do Guará ter tido o nome do meu pai. A minha única função é enaltecer isso e pedir que a comunidade trabalhe sempre e muito em favor dos seus interesses, em favor de sua qualidade de vida, em favor de um clima bom, um clima agradável, como o que tínhamos em 1960. Meus senhores, havia muito frio naquela época. Nós acordávamos com gelo nas plantas. A chuva era torrencial e se escoava rapidamente, porque não havia nada para impedir. O cerrado estava do seu jeito mais puro, mais natural. As águas eram limpas e usufruíamos de um ar puro. É isso o que queremos que seja mantido. Para tanto, todos têm que estar juntos. O governo tem que trabalhar junto com a população, com o povo. O povo tem que deixar de lado certos princípios, que não poderão ser alcançados. Não existe projeto perfeito. E o governo tem que fazer a parte dele, deixando de lado pequenas coisas. Nunca vamos ter uma poligonal perfeita, mas vamos ter o que for suficiente para a população.

Quero terminar sugerindo algo que pode ser muito bem aceito ou não, mas é uma sugestão do meu coração. A Terracap é a responsável por fazer o projeto de urbanismo dessa área que se está propondo ser retirada da poligonal do parque. Ali



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

pode ser criada uma coisa linda, que poderá se chamar a Vila dos Moradores do Parque. Vocês podem estudar isso. É plausível. Todos vão ser homenageados também e nada custará ao governo fazer essa homenagem, que vai solucionar um enorme problema que estamos discutindo constantemente: para onde irão os moradores?

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – O próximo a falar é o Alcir Souza.
(Pausa.)

O próximo será o Emerson Santos, perito criminal. Depois, a Jovelina Pedrosa. Depois dela, o Elton Barbosa.

SR. EMERSON SANTOS – Um ótimo momento esse, Deputado, em que foi chamada mais esta audiência pública. Eu queria cumprimentá-lo por essa excelente iniciativa.

Eu ouvi o representante dos chacareiros citar o art. 2º da Lei de Criação do Parque. Quero informar-lhe que esse artigo foi declarado inconstitucional e essa decisão transitou em julgado, de modo que não se pode mais suscitá-lo para obrigar o Poder Público a pagar indenizações pela desocupação do parque. É evidente que o Poder Público pode fazê-lo, se quiser, de forma própria, social.

Contudo, o que me traz aqui, em primeiro lugar, é realmente essa preocupação com o transcorrer do tempo e o efeito desse tempo sobre o parque. De fato, temos que reconhecer que a administração pública do DF não tem cuidado do parque. Ela não tem sido uma boa guardiã dele. Quando entro no parque, ando de bicicleta, de carro, a pé, eu o vejo às moscas, às traças. Eu vejo o parque degradado, muito degradado. Eu não posso atribuir isso exclusivamente à ação de a, b ou c, mas é um conjunto de situações que levam àquilo.

Eu vejo invasões ali pelo SOF – Setor de Oficinas Sul. Eu vejo invasões por todas as áreas lindeiras, e isso me preocupa. Preocupa-me, portanto, esse debate, que não termina e que não chega a um termo. Quero acreditar que o Ibram e a Terracap têm técnicos especializados que podem sentar e avaliar se essa área é permutada com aquela, se a viabilidade ambiental dessa é melhor do que aquela e definir isso de uma vez por todas. Acredito na capacidade técnica dos nossos servidores, de modo que creio que essa fruta já está madura para a gente colher. Temos que colher. A sociedade precisa disso.

Quero crer, Deputado, que a Câmara Legislativa do Distrito Federal está sensível a isso e vai atuar para pressionar o Poder Executivo a resolver essa situação de modo que se possa chegar a um bom termo dentro de uma perspectiva de sustentabilidade, enxergando as gerações futuras, e de legalidade também. A lei está aí para ser cumprida. Cumpra-se a lei. Quer dizer, a Casa das Leis deve cumprir a lei, deve incentivar o cumprimento da lei, deve fazer pressão para que a lei seja



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

cumprida e respeitada. Nesse sentido é a minha fala, é o meu desejo, é o meu apelo. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado.

A próxima a falar será a Dona Jovelina Pedrosa, corretora e chacareira. Logo após, o Dr. Elton Barbosa, Presidente da Comissão de Assuntos Comunitários da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil da Subseção de Taguatinga. Depois, a Sra. Elien Meire, que é chacareira. Por fim, o Sr. Vilmar Luiz, da comunidade do Guará e arquiteto.

Dona Jovelina, a senhora tem três minutos.

SRA. JOVELINA PEDROSA – Boa tarde, Mesa. Boa tare, Plenário. Para começar, o colega que teve a última palavra esclareceu que o art. 2º citado se tornou inconstitucional. É da nossa ciência que sim, só que a gente não trata disso. Existe a Lei nº 827. Seu art. 37 tem o mesmo teor anterior, e ela não foi destituída do seu valor. Isso é só para esclarecimento dele.

Eu queria dizer o seguinte: tenho 54 anos e moro no parque desde os meus 8 anos de idade. Nisso, lá se vão quarenta e tantos anos. Estive lá com a anuência do Estado. Inclusive, na ocasião, o Estado era representado pela Fundação Zoobotânica, com todo o apoio, e a gente nunca bateu o pé dizendo que quer ficar no parque. Nós queremos, sim, sair do parque. Muita gente, dita comunidade do Guará, que não admite, não concorda comigo, mas nós, chacareiros, somos os guardiões do parque, por quê? O arredor do Guará todo foi fracionado, vendido e feito condomínio, e, no parque em si, onde estão os ditos chacareiros, é que existem água, nascente, murundus, orquídeas, não sei o quê e tudo mais. Em volta do Guará todinho, incluindo a antiga Vila do IAPI, que hoje é Colônia Agrícola IAPI, a Colônia Agrícola Bernardo Sayão, a Colônia Agrícola Águas Claras e todo o outro entorno, tudo era parque e foi fracionado, e nós estamos lá guardando o parque. O que a gente quer é o mínimo de respeito pela conservação que nós fizemos.

Muito se fala de compensação ambiental. Isso não existe na íntegra como é falado. O Sr. Leonel disse que os projetos para a área 28 são superexigentes, com normas superexigentes. Nada disso tirará o impacto ambiental que vai ser causado, absolutamente nada! Por menor que seja o prédio, por menor que seja tudo, existe impacto ambiental, sim! O nosso impacto ambiental, na área hoje, como chacareiros, é infinitamente insignificante em vista desse impacto que vai ser gerado nessa dita área. E, aliás, nessa área 28, foi construída uma estrada. Foi cortado o parque, e essa ação que degradou o solo nunca foi punida. Ninguém nunca achou os autores dessa obra que existe lá, e existe chacareiro sendo punido por muito menos. Já fizeram cursos, já pagaram multas, já fizeram uma série de coisas para poder pagar pequenos possíveis danos que tenham sido feitos nesse local.

Também diz aqui o senhor do Ibram que ele é tolhido de entrar no parque e fazer seu trabalho. Isso não é verdade, porque ninguém impede ninguém de entrar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

no parque. Existe uma área enorme, gigantesca, que não tem chacareiro ocupando e que é onde se dá vazão ao lixo de toda a cidade do Guará, e lá o Ibram poderia estar agindo e não age. Então, eu acho que nós não dificultamos nada, isso não existe. Existe, sim, uma omissão do órgão de estar verificando o que podem verificar, aguardando a saída dos chacareiros para poder verificar na sua totalidade. E eu acho que está sendo feito o caminho inverso. Há de se falar primeiro da saída dos chacareiros e depois da implantação do parque, por quê? A presença humana atrapalha a implantação? Sim. Então, vamos botar esse projeto para focar na saída dos chacareiros, e não na implantação de parque a ser devolvido à comunidade do Guará, porque nós também somos comunidade do Guará. É por aí. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado. Concedo a palavra agora ao Dr. Elton Barbosa, Presidente da Comissão de Assuntos Comunitários da OAB/DF, da Subseção de Taguatinga. Logo após o Dr. Elton, a Elien Meire e, por fim, o último inscrito, Sr. Wilmar Luís.

SR. ELTON BARBOSA – Boa tarde, Presidente, Mesa, senhores e senhoras aqui presentes e demais autoridades. É com tristeza que eu vejo este momento, não é com felicidade, porque outras supostas audiências públicas aconteceram. Se eu digo supostas, é porque audiências públicas foram convertidas em reuniões, e essas reuniões tiveram atas registradas como se audiências públicas fossem.

Mas as fraudes realizadas ou perpetradas pelo governo não se resumem a isso. Outras fraudes foram ditas aqui. Por exemplo, o Sr. José Cícero Messias, que é meu amigo de longa data, morador do parque, entre aspas, porque ele reside no parque que era chácara há 50 anos. Isso tem registro, as contas de luz apontam que é um setor de chácaras, e não parque, e, devido a esse interesse do capital especulativo imobiliário, representado aqui pelo nobre Presidente da Terracap, transformou a área não só em parque, como quer alterar a poligonal de um parque que já existe. O parque existe, não existe a conservação do parque. O parque está lá.

Então, o que a gente está discutindo aqui, na verdade, e que ninguém parece que quer dizer – ou quer omitir – é que o capital especulativo imobiliário é que está movimentando o governo. E isso tem, além do prejuízo socioambiental, um prejuízo moral, tem um prejuízo familiar. A esposa do Sr. Cícero, por exemplo, para quem não sabe, quando a Agefis apareceu ilegalmente, de forma abrupta, sem avisar ninguém, como é de praxe da Agefis, foi parar na UTI. O governo nem sabe disso, nem quer saber. O governo está preocupado em alterar a poligonal do parque para atender esse capital especulativo imobiliário e construir prédios, mas essa construção de uma nova cidade agregada ao Guará, preexistente, não traz maiores prejuízos ao denominado parque do que a manutenção dos chacareiros lá? As famílias desses chacareiros lá residem há mais de cinquenta anos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Qual a proteção ambiental que o Ibram, ou a Secretaria do Meio Ambiente ofereceu ao parque até hoje? Qual foi a proteção? Nenhuma, a resposta é zero! Por que agora os órgãos ambientais estão preocupados em alterar a poligonal do parque? Porque se aliaram ao capital especulativo imobiliário, para atender a construtora, e isso o próprio Governador do Distrito Federal disse nos meios de comunicação quando assaltou os cofres do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal. Meteu a mão no bolso da aposentadoria futura dos servidores públicos do Distrito Federal para sanar dívidas. Assaltou os cofres do Iprev, que seria a poupança, a aposentadoria futura dos servidores públicos do Distrito Federal e agora para cobrir o rombo, está metendo a mão, está destruindo a família dos chacareiros que residem no – entre aspas – Parque Ecológico. (Palmas.)

Então, Sr. Deputado, eu queria que isso só ficasse claro para que parássemos com esse jogo de mentiras, de omissões, e que o Governo diga a verdade como o Governador disse, há três, quatro meses: “Nós precisamos satisfazer o rombo que nós fizemos e precisamos tirar os chacareiros de lá para construir prédios.” Agora, a comunidade do Guará vai ser sacrificada, vai virar Águas Claras – que é um inferno agora, e ninguém quer morar mais lá –, é isso o que vai acontecer com o Guará. Se a comunidade do Guará ficar calada, omissa como está, e não reagir, o Poder Legislativo, infelizmente, colaborando com essa trama toda, se aliando ao capital especulativo imobiliário, vai vender a cidade de vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – A próxima a falar é a Sra. Elien Meire Gomes, chacareira. Logo após, o Sr. Wilmar Luís, arquiteto, da comunidade do Guará.

SRA. ELIEN MEIRE GOMES – Boa tarde a todos, aos representantes de autoridades, eu sou moradora lá da chácara do Guará, vocês já me conhecem, e hoje eu fui convidada aqui não para definir poligonal, me convidaram aqui para decidir a questão ambiental do parque. Foi assim que foi feito o convite para mim.

Colocaram aqui documentos esclarecendo tamanho, documento de registro, que eu quero até pedir ao senhor que está agora na Terracap – o Presidente – que me passe essa área de que ele falou, a área 27, porque eu sou conhecedora de toda a documentação de lá da área do parque e eu queria ter em minhas mãos essa parte que ele falou que é da Aeronáutica – essa parte da 27 –, porque eu nunca ouvi falar. Dentro do registro da área 27, nunca me constou. E eu conheço toda a documentação lá e nunca ouvi falar que essa área é que eles querem retirar para o governo. Então, se fosse possível, já queria pedir, desde agora: eu quero que ele me mostre, porque dentro do registro da área 27, não existe. Aí, eu quero ver, eu quero conhecer, porque eu ainda não conheci dentro do registro, porque eu tenho todos os registros da área, até da área 30, porque a destinação do parque era até a área 30: 27, 28, 29 e 30. Esses 2.800 que o senhor falou não são 27 e 28, não. É até a área 30, que vai até o Setor de Indústria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Essa parte de que o senhor falou, do Ibram, que ficou definida, não ficou definida, não. O que ficou definido, o que vocês terminaram foi só a parte da retirada dos chacareiros. No tempo do Agnelo foi definida essa comissão e não ficou definida poligonal, não. A única coisa que vocês definiram foi a retirada dos chacareiros. Não entraram em acordo com a gente.

Outra coisa: a população do Guará não vem em audiência, não participa, a população do Guará não é chamada, não é convocada. Podem ver que aqui não tem população do Guará, quem está aqui são os chacareiros. Os chacareiros são população, mas quem está aqui são os chacareiros do Guará. A população do Guará em si não vai à administração, não vem aqui na Câmara Legislativa. É tudo muito rápido, não é colocado nos meios de comunicação.

Para ser uma audiência pública, falar em documento de registro, tinha que haver assuntos fundiários. Cadê o pessoal dos assuntos fundiários? Cadê o Deputado que representa a comissão? Não está aqui porque hoje era a parte ambiental.

Outra coisa que eu quero dizer: o parque existe. A população está lá presente. Já existe o parque. Eu queria falar algo para o administrador: só cortam o mato do parque quando está alto demais, administrador. Está muito malcuidado. Aquele pedacinho do parque onde o pessoal está tem droga. Eu não sei se o senhor está sabendo: tem muita droga lá. Outra coisa: a segurança lá não está acontecendo, não tem polícia.

Querem o parque. Ao redor dessa Transbrásilia de que eles falam é só prédio também, não é só 28-A não. Os prédios vão ser ao redor dessa Interbairros inteira, toda.

Aqui nós estamos falando em vida, em qualidade de vida do Guará. Nós não estamos falando aqui só do parque, porque o interessante lá é só a especulação imobiliária.

Era só isso que eu queria dizer. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado. Só a título de esclarecimento, quando a gente fala sobre a questão ambiental, segundo o novo Código Florestal, a definição das partes limítrofes (*sic*) é feita pelos órgãos ambientais. Inclusive, como a Câmara Legislativa tem um órgão ambiental, essa comissão tem a defesa de mérito na definição da poligonal do parque. Então não existe nenhum demérito da comissão que trata de meio ambiente. Na realidade existem três comissões por que a matéria passa: a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, a Comissão de Assuntos Fundiários e a Comissão de Constituição e Justiça. Mas a responsabilidade da delimitação da poligonal dos parques não é da parte fundiária e, sim, dos órgãos ambientais, segundo o novo Código Florestal, que foi aprovado no ano de 2013 no Congresso Nacional.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não, estou falando da limitação da poligonal dos parques. O que nós estamos discutindo aqui é a limitação da poligonal do parque. Nós não estamos fazendo discussão de prédios, de a, b ou c. O projeto que nós estamos discutindo define a poligonal do parque – só a título de esclarecimento.

Outro quesito que também é importante mencionar é a responsabilidade pela manutenção dos parques no Distrito Federal, que é do Instituto Brasília Ambiental – só para a gente deixar isso bem claro. Na realidade eu tenho uma posição contrária a essa determinação. Na minha avaliação, a responsabilidade pela manutenção de todos os parques deveria ficar com as administrações regionais, com a participação e com o auxílio do Instituto Brasília Ambiental. Como a responsabilidade de manutenção é do Ibram, as administrações regionais ficam limitadas para fazer qualquer tipo de manutenção dentro do parque. Não digo que essa responsabilidade deva ser jogada de lado, não estou querendo isso. Na realidade eu defendo, e é uma proposta que eu acho o Ibram pode encaminhar à Câmara Legislativa, que a responsabilidade das unidades de conservação seja das administrações regionais, porque aí o povo pode cobrar diretamente do administrador para que ele faça algo na unidade de conservação. O Instituto Brasília Ambiental deve definir o plano de manejo. Então, qualquer tipo de intervenção que for feito em unidade de conservação tem que obedecer ao plano de manejo. E a execução deve ser feita pelas administrações regionais, porque desafoga o próprio Instituto Brasília Ambiental de manter mais de 69 parques aqui no Distrito Federal, além de diversas unidades de conservação.

Quero deixar claro algo em relação ao terceiro item que foi colocado, a divulgação na mídia do que se vai fazer. Na realidade, essa não é a primeira audiência que nós estamos realizando, e eu acredito que não será a última. Só relacionada a este projeto, já é a terceira audiência que a nossa comissão promove, fora a audiência que a Comissão de Assuntos Fundiários promoveu, já para tratar especificamente da questão fundiária, no plenário desta Casa. Parece-me que o Relator da Comissão de Constituição e Justiça também deve fazer uma audiência relacionada a isso.

Sobre a questão da divulgação, concordo com o que foi dito, mas existem limites legais à divulgação disso no meio da imprensa. A legislação na área publicitária veda a divulgação nos meios de imprensa desse tipo de atividade, a convocação para esse tipo de atividade. A Câmara Legislativa é vedada por uma mudança na legislação publicitária. Ela informa o que ela fez, mas não pode convocar para que haja audiência, para não ferir o princípio da impessoalidade.

Na realidade, essa é uma discussão muito grande que existe nos meios de comunicação, é uma demanda, é uma deficiência, isso existe, mas, se a legislação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

proíbe, você não pode fazer, porque o Direito Público é diferente do Direito Privado – o eminente advogado que está aqui sabe muito bem disso. O Direito Público só autoriza fazer o que está escrito na lei; o que não está escrito na lei você não pode fazer. É diferente do Direito Privado, em que você pode fazer tudo que não está proibido pela lei. O Direito Público só autoriza o que está na lei. Como não existe autorização expressa na lei com relação a isso, esse tipo de divulgação é proibido. O que é colocado em relação a divulgação institucional é somente o que se chama de informes publicitários.

Gente, perdoem-me por me alongar nesse ponto, mas eu só estou falando isso porque muitas vezes esta Casa é acusada de não convocar, de não convidar, de não fazer isso e não fazer aquilo. É que existe uma vedação legal para isso, e todos precisam saber. A vedação é que a lei não autoriza fazer convocação para audiência pública na Câmara Legislativa. Quando se fala em verba de publicidade, fala-se em informe publicitário, ou seja, só se pode informar o que foi feito e não o que se vai fazer. Digo isso só a título de esclarecimento.

Concedo a palavra agora ao Wilmar Luís, da comunidade do Guará, que é arquiteto, por três minutos.

Antes vou conceder licença ao Diretor da Terracap, que está com uma reunião agendada agora, mas eu pedi ao Diretor Técnico da Terracap, Sr. Carlos Leal...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. WILMAR LUÍS – Boa tarde pessoal. Em primeiro lugar, eu acho que eu também fui enganado quando fui chamado para cá, porque me convidaram para uma coisa, cheguei aqui e é outra totalmente diferente do convite que me fizeram. Mas vamos lá, já estou aqui mesmo.

Uma coisa que não ficou clara, Presidente – eu gostaria até que colocassem as imagens aqui de novo –, são essas áreas compensatórias. Entendi que uma delas seria aquela área da Tasa. Outra área que me parece que está entrando é a área de murunduns. Para deixar bem claro para vocês, essa área de murunduns fica entre a mata, a EPTG e o Lúcio Costa, que seria aquele triângulo ali, pelo que eu entendi. Essa área está entrando como compensatória, Presidente?

(Intervenção fora do microfone.)

SR. WILMAR LUÍS – Não? Onde seria essa área de murunduns?

(Intervenção fora do microfone.)

SR. JÚLIO CÉSAR AZEVEDO REIS – Seria melhor que a imagem fosse colocada ali.

(Intervenções fora do microfone.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

SR. WILMAR LUÍS – Perto da cozinha do Senai? Mas aquela área já está dentro do parque. Aquela área já existe dentro do parque.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. WILMAR LUÍS – O parque nunca teve poligonal. Eu mudei para o Guará em 1968. Eu morava na Candangolândia e levava marmita com o meu irmão que estava fazendo ponto para ganharmos casa no Guará I. E eu já passava por aquela região, saindo da Candangolândia e indo para o Guará I a pé. Então, o parque da cidade e o Guará eu conheço como a palma da minha mão. Estou com 58 anos de idade e tem 50 anos que atravesso aquela região de um lado para o outro. Fui desenhista a minha vida inteira e aquela área está dentro do parque. É brincadeira compensar uma coisa que já existe lá dentro.

Agora, chamam a gente aqui... Tudo bem. Aquela área 28 tem de ser retirada dali e vendida? Tem. Concordo com você, tem de ser retirada, sim. Mas compensar uma coisa que já existe, é brincar com a pouca inteligência que acham que temos. Compensar uma coisa que já existe? Como? A área da Tasa, beleza, é uma área que vai dar margem para futuramente fazer outra audiência e colocar novamente a área à venda.

Vocês que vieram para cá e são moradores, como disse uma mulher, há 50 anos, eu também acho que vocês estão no lugar errado. Mas, por outro lado, também acho que vocês não têm de sair dali de mão abanando. Eu até posso fazer uma proposta para a Terracap, para o Governo do Distrito Federal, para a Câmara Legislativa. Essa área da Tasa que está entrando como compensação e que é uma área nobríssima, eu concordo que ela pode entrar, sim, aceita-se. Por que não se pega essa área, faz um projeto de urbanismo, passa essas pessoas que estão todos esses anos dentro do parque, tira todo mundo dali – é para tirar mesmo – e dê esse local para elas morarem no lugar da Tasa, que é um lugar excelente? (Palmas.)

A Sra. Kelvia, com quem tive a felicidade de trabalhar na Sudepe nos anos 80, falou algo mais ou menos parecido. Então, fica uma proposta de que essa área compensatória não vire objeto, como disse o cidadão ali, que o Governo está querendo vender. Então faça isso. Área 28? Beleza. Faça ali um projeto bem feito, faça um comércio bem feito, faça prédios de até 12 ou 15 andares. Em minha opinião, eu, como arquiteto, acho que deve ser feito, sim. Mas, agora, compensar uma área que já existe é complicado.

Fica o meu pedido, Deputado, ao Presidente da Terracap sobre essa proposta. Verifique se dá para levar essas pessoas para aquela área.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Vou passar a palavra ao Presidente da Terracap para fazer as considerações finais e logo após farei as minhas considerações finais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Concedo a palavra ao Sr. Júlio César de Azevedo Reis.

SR. JÚLIO CÉSAR DE AZEVEDO REIS – Sr. Wilmar, basicamente você fez duas perguntas. Vou responder primeiro a que você colocou como uma pergunta, mas talvez seja uma dúvida, a qual é a mesma da Sra. Helen.

A área da Tasa não está sendo ofertada neste projeto, ela não é compensação para isso. A área da Tasa é uma área distinta da que foi apresentada aqui. A referência feita à Tasa na apresentação é porque nós aumentamos a área. Esta é a poligonal proposta para o Parque Ezechias Heringer. Essa região antigamente vinha só até onde está a luz vermelha. Essa área que está logo aqui abaixo, é a área da Tasa. Então, a área que foi acrescida fica entre a poligonal atual do parque e a área da Tasa.

(Intervenções fora do microfone.)

SR. JÚLIO CÉSAR DE AZEVEDO REIS – Não é do parque não. Que bom que o senhor considera essa área como área de parque, porque assim o senhor está ratificando aquele entendimento da comissão de que aquela área realmente precisa ser preservada. Então é uma área que realmente está lá, que tem que ser preservada e está na poligonal.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Wilmar, calma. A questão é a seguinte: no projeto ela não está. Então a gente a inclui na poligonal. Resolve o assunto. A gente faz a inclusão dela. Porque, no projeto, na lei, ela não está na poligonal. É isso que nós estamos querendo falar.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Deixe-me concluir, Wilmar. Nós o escutamos. Agora nós precisamos que você nos escute também. Se no projeto, como está sendo mostrado aqui, ela não está – eu estou falando no projeto, não estou falando na prática –, é perfeita a sua observação. Assumo o compromisso de fazer uma emenda de incluir essa área toda na poligonal do parque, sem problema nenhum. É isso? Pronto. Sem problema nenhum. (Palmas.)

A gente assume o compromisso, porque no projeto, na lei, essa área não está na poligonal; só está metade dela. Nem no registro. Ótimo. Então, o que nós vamos fazer? Faça uma emenda como Relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo para incluir a área total. Simples. É isso. Não é questão de compensação ou não.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Só um minutinho. Deixe-me só concluir, porque o que eu estou entendendo é que aquilo na prática é parque, certo? Não é isso que você está dizendo? Na prática ele é o parque, só que na lei, na proposta, não está. Está só a metade. É o que o presidente está dizendo. O



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

presidente está dizendo o seguinte: na lei só está a metade. Então o que nós temos que fazer? Vamos adequar a lei à realidade. Como a gente adequa a lei à realidade? Com uma emenda. A gente a apresenta incluindo a área toda.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Eu sei. Está pequena. Mas eu estou dizendo o seguinte: se tecnicamente... Wilmar, eu como Relator desse projeto assumo o compromisso de fazer o seguinte: se, tecnicamente falando, estou falando do termo de redação de lei, a área da Tasa não estiver toda englobada dentro do parque, eu coloco uma emenda para incluir toda essa área dentro da poligonal. Por quê? Se essa área sai da poligonal do parque, pode-se fazer qualquer coisa. Aí, eu concordo com você que o parque está perdendo espaço. Agora, se no projeto já contempla... Você acabou de falar isso. Veio aqui, dizendo: “Olha! Essa área aí já faz parte do parque”; mas, pelo que está demonstrado ali, só está metade, como a gente está dizendo. O restante da área, que é a parte debaixo ali, que não está na imagem, não está contemplada no projeto da poligonal.

Então, o que nós vamos fazer? Eu assumo o compromisso de fazer uma emenda para incluir toda a área da Tasa, ou seja, aquilo que é o parque de fato, dentro da poligonal do parque. É só isso, certo? É isso. Pelo que eu entendi, a divergência é essa.

Vamos deixá-lo concluir, porque até para as discussões no Parlamento há ordem, não é? Então a gente espera o orador falar e depois a gente repassa a palavra. Alcir, deixe-o concluir e eu repasso a palavra.

SR. JÚLIO CÉSAR DE AZEVEDO REIS – Bom, só para finalizar e para deixar bem claro o que nós estamos discutindo aqui. A área da Tasa é uma área de 22 hectares que foi dada em concessão à Aeronáutica na década de 70, salvo engano, e essa área foi usada pela Aeronáutica até 2007, 2008. A área da Tasa, Deputado, não corresponde... Essa poligonal, esse limite aqui em vermelho, Deputado – é importante que isso fique claro para todo mundo –, é a antiga poligonal do parque. Isso que o senhor está propondo como emenda, na realidade, já consta desse projeto aqui.

Então, Wilmar, essa sua reivindicação, esse seu entendimento de que isso daqui já era parque, era porque ele já era parque na prática, mas, juridicamente isso estava fora do parque. Então, Deputado, para ficar bem claro, a reivindicação do Wilmar já está contemplada no projeto ora apresentado.

Eu gostaria de deixar claro, Wilmar, que, sobre essa área da Tasa, eu acolho a sua sugestão aqui. Nós vamos, sim, elaborar um projeto de parcelamento do solo – e essa realmente é a nossa intenção –, no sentido de que nós possamos ali ofertar à população moradia regularizada, moradia licenciada, aprovada urbanisticamente e disponível para que as pessoas possam morar com conforto e dignidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Bom, no que diz respeito à sua dúvida quanto à área da Tasa, ela não está dentro da área 27 do Parque do Guará. São coisas distintas e totalmente diferentes. O limite da área 27 do Parque do Guará é aquele que consta na matrícula. E essa área da Tasa tem outra matrícula diferente. A área da Tasa está com a matrícula nº 1.875, do Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis. E essa área de que você está falando tem outra matrícula, da área 27 do Parque do Guará. As duas não se confundem.

Deputado, eu gostaria aqui de, mais uma vez, já encerrando a minha participação, agradecer a oportunidade dada a Terracap no sentido de apresentar aqui o projeto, esclarecer as dúvidas da comunidade. Conforme eu já disse aqui, Luciano, são diversas tratativas, diversas poligonais já foram estudadas. E essa daqui é a poligonal atual, é a poligonal que nós achamos que reflete, é a poligonal proposta atualmente. A poligonal atual era aquela que estava no *slide* anterior. É aquela que nós entendemos ser passível de ser implantada.

Tem uma comparação muito importante aqui que foi feita inclusive pelo nobre colega – me desculpe, mas eu acabei esquecendo o seu nome. Caixa Preta! Caixa Preta, é o seguinte: vocês devem se lembrar das discussões acerca do Taguaparque. Eu participei de diversas discussões acaloradas sobre o Taguaparque, de que ele tem de ser assim, tem de ser assado, a área é grande demais, a área é muito pequena. E um pensava uma coisa, e outro pensava outra. Durante muito tempo o Taguaparque ficou somente no papel. E aí, em meio a tantas divergências e a tantas discussões, o governo retirou o Taguaparque do papel. E aquilo hoje é um sucesso. O Taguaparque hoje é um sucesso absoluto. É um parque gigantesco que não está consolidado, não está totalmente implantado, mas é um grande equipamento público que deve servir a comunidade.

Então, é importante que as coisas não fiquem de tudo amarradas, engessadas. Por quê? Porque o passo atual é definir a poligonal do parque. Para se definir a poligonal é necessário um plano de manejo para o parque. O que é um plano de manejo? É o projeto do parque, é aquilo que vai definir onde no parque vai ficar 100% preservado, onde é que vai poder ter as trilhas, as ciclovias, as calçadas, os equipamentos para que a população possa usufruir. Mas é fundamental nesse momento que se defina a poligonal do parque para que depois o projeto da parte interna do parque, o plano de manejo dele possa ser elaborado, aprovado, também com a participação de vocês – que, repito, foi fundamental ao longo do processo. E que efetivamente isso possa sair do papel, e que possamos sair das discussões e partir para o campo das ações.

Então, Deputado Delmasso, meus parabéns pela sua iniciativa de nos convidar para esta audiência. Nós nos colocamos à disposição na Terracap, tanto na Presidência, na Diretoria Técnica, na pessoa do Sr. Carlos Leal, na Diretoria Administrativa, na pessoa do Dr. Gustavo, e de toda a equipe da Terracap, que está à disposição para todo e qualquer esclarecimento necessário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Presidente.

Antes de passar a palavra ao Dr. da OAB, vou passar a palavra ao Sr. Alcir Alves de Souza para fazer suas considerações rapidamente. Depois eu passo para o senhor. Em seguida, vamos encerrar.

SR. ALCIR SOUZA – É somente para tirar uma dúvida, Dr. Júlio.

Eu não estou conseguindo localizar essa área que o senhor está dizendo que é ao lado da Tasa, porque tem uma pista, tem a área da Tasa, depois vem a parte do parque. Seriam aquelas três chácaras que foram desocupadas recentemente?

SR. JULIO CÉSAR DE AZEVEDO REIS – Da pista para baixo.

SR. ALCIR SOUZA – Então, são as chácaras que foram desocupadas há dois, três meses?

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – É na frente. É essa mesma.

SR. JÚLIO CÉSAR DE AZEVEDO REIS – Alcir, a pista é aqui, exatamente essa linha amarela aqui.

SR. ALCIR SOUZA – Então!

SR. JÚLIO CESAR DE AZEVEDO REIS – Da pista para baixo passa a ser parque. Não é parque hoje, vai passar a ser.

SR. ALCIR SOUZA – Ok! Só para entender.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não é parque juridicamente, deixando claro.

SR. ALCIR SOUZA – Então foram as chácaras que foram desocupadas uns três meses atrás. É isso?

SR. JÚLIO CÉSAR DE AZEVEDO REIS – Não sei se são essas as chácaras desocupadas. A afirmação é do senhor...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. ALCIR SOUZA – Atrás do Palhoça é a Tasa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Alcir, Alcir...não, não é não. Na realidade, assim... Vamos lá. Só para deixar...

SR. ALCIR SOUZA – Atrás da Palhoça é a Tasa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não. Espera aí, Alcir, só um minutinho, na realidade é o seguinte: na prática, hoje, essa área da poligonal já é parque. Na prática, essa área aí que está proposta já é parque, na prática ela já tem segmento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

SR. ALCIR SOUZA – Não estou conseguindo localizar isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – O que a proposta, só para explicar...

SR. ALCIR SOUZA – Não. Atrás do posto é a Tasa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Na proposta que está encaminhada aqui, o que ele está fazendo? Está trazendo aquilo que é real, aquilo que está lá, de fato, para o mundo jurídico. Porque – só para vocês entenderem – se isso não for incluso na poligonal, essa área, que é uma área pequena, pode ser utilizada para qualquer coisa. É isso.

SR. ALCIR SOUZA – Não. Tem um... Porque onde está sendo mostrado ali são exatamente as chácaras que foram desocupadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Sim, são bem próximas, justamente.

SR. ALCIR SOUZA – Não tem próximo, ou são essas chácaras ou... Não tem outra área lá.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. ALCIR SOUZA – Mas ali é a Tasa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não. Não é essa área, não.

SR. ALCIR SOUZA – Ali é a Tasa. Não é aquilo lá.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não é a área da Tasa.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. ALCIR SOUZA – Isso. É a que foi desocupada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não, mas ele tem razão. São as áreas que foram desocupadas. É isso mesmo.

SR. ALCIR SOUZA – Ok. Então é só para esclarecer. Só pode ser essa área que foi desocupada recentemente. Não existe outra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Você tem razão, é isso mesmo. Está certo. É isso mesmo.

SR. ALCIR SOUZA – Ok. Era só para esclarecer. É essa área?

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Justamente. É essa área.

SR. ALCIR SOUZA – Então está bom.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Ele tem razão, eu visualizei agora, é essa área mesmo que tinha as três chácaras que foram desocupadas. É isso mesmo.

(Intervenção fora do microfone.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não. Deixa eu falar, só um minutinho, o que passa a cerca lá é a...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Então a cerca passa na linha vermelha. Justamente. É para frente da linha vermelha. É isso aí. É onde estão as três chácaras que foram desocupadas. É isso aí.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Olha, espera aí, na discussão do georeferenciamento, se está dentro da cerca ou não, eu acho que a gente pode depois até avançar, mas a questão é simples, até mostrei para o Vilmar onde é que é, ele estava pensando que era o quadradão da Tasa. Vamos batizar de quadradão da Tasa, pronto. Não é o quadradão da Tasa. Só para a gente entender. Não. Não é o quadradão da Tasa. Está certo?

Realmente... A cerca onde hoje está o parque é até onde está a linha vermelha. Está puxando muito para a frente. Acho que tem o que ali? Sei lá. Uns quinhentos metros para a frente? Não. A linha amarela é a pista. Então a poligonal do parque vai até a pista, certo? A linha amarela é a pista. Você está vendo a linha amarela? É a pista. O que acontece? A poligonal atual, para a gente entender, ficava bem longe da pista. Então o que se está trazendo? Está se trazendo até a pista. Ou seja, a poligonal do parque vai ficar limítrofe à divisão da poligonal, do que é parque. O que não é parque vai ser a pista. Certo? Acho que agora deu para...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – É isso que está, mas ela está dizendo que não é. Eu até concordo. Porque, por exemplo, talvez a terceira chácara esteja lá dentro, mas a entrada dela deve ter passado por aí, enfim, mas é o que eu falo, a discussão do georeferenciamento, de onde ficavam as três chácaras, na realidade, não sei se vai fazer alguma diferença nessa...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não. Eu sei, mas a discussão do georeferenciamento, se são ou se não são as três chácaras, eu acho que, agora... O importante é que não é o quadradão da Tasa, vamos deixar isso claro, não é o quadradão da Tasa, mas é a parte que estava bem à frente, que vai da cerca até o limite da pista. Pronto. Para a gente entender.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Deixa eu só passar para ele rapidinho.

(Intervenção fora do microfone.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Vou passar a palavra para o Dr. Elton Barbosa e vou chamar o Carlos Leal, o Diretor-Técnico da Terracap, para tomar assento à Mesa. Eu queria depois fazer alguns encaminhamentos, se vocês aprovarem, desta audiência.

SR. ELTON BARBOSA – Sr. Presidente, é bem breve. Duas coisas ficaram muito claras. Uma delas é que há interesse do governo em alterar a poligonal do parque. Isso é indiscutível.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – É a proposta que foi encaminhada.

SR. ELTON BARBOSA – É a proposta desta comissão geral. O grande problema, que não foi colocado ainda, é: aprovada a alteração da poligonal do parque, qual será a efetiva providência a ser adotada pela comissão que V.Exa. preside, ou pelo Poder Legislativo local, com relação ao atendimento às especificações contidas na Lei Complementar 803, de 2009, que prevê, em caso de impossibilidade de permanência dos chacareiros, a sua remoção.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Perfeito. Ótimo.

SR. ELTON BARBOSA – Ainda com relação a esse fato, verificada a impossibilidade de permanência dos chacareiros lá e a necessidade de remoção, quem vai apontar isso é o Plano de Manejo, que é posterior à definição da poligonal.

Eu gostaria, para resumir, de fazer um encaminhamento. Que V.Exa. se comprometa com os chacareiros do Guará, com essa população do parque – especificamente com os chacareiros – no sentido de apresentar uma emenda qualquer, seja a esse projeto, seja emendando a Lei Complementar nº 803.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Vai ter que ser nesse projeto.

SR. ELTON BARBOSA – Dizendo qual vai ser a destinação deles, porque a coisa está muito obscura ainda. Existem umas negociações aí que ninguém sabe, ninguém viu. Definida a situação da poligonal e não definida ainda a situação da remoção – ela será necessária porque há previsão legal –, para onde esses chacareiros irão? Indo para algum lugar – eles têm que ir, serão removidos porque há previsão legal –, que não seja para uma casinha da SHIS, da Codhab, porque seria injusto e imoral. Não há como pensar na alocação desses chacareiros, que hoje ocupam áreas variáveis de três, quatro e cinco hectares, numa casinha modesta da Codhab.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Perfeito. Obrigado, Dr. Elton.

Antes de passar a palavra para o encerramento, quero fazer alguns encaminhamentos e alguns informes. No ano passado, nós fizemos neste plenário uma audiência pública das três comissões: Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo; Comissão de Assuntos Fundiários; e Comissão de Constituição e Justiça. Nessa audiência pública foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

apresentada uma denúncia, que virou um requerimento de pedido de realização de ação de fiscalização para avaliar possíveis danos ambientais ocorridos dentro do Parque Ecológico Ezechias Heringer por parte da Caesb.

Na época, foi apresentada uma denúncia. Esse requerimento foi assinado por mim e pelos Deputados Joe Valle, Rafael Prudente e Chico Leite, e foi aprovado pela Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, da qual hoje estou como presidente. Havia um possível dano ambiental. À época foi trazida aqui uma denúncia, e eu não lembro quem foi a pessoa que apresentou essa denúncia, dizendo que a Caesb estaria jogando esgoto dentro do parque. A própria Caesb estaria jogando esgoto dentro do parque. Nós abrimos uma ação de fiscalização para fazer essa avaliação, e está aqui o processo.

O relatório preliminar já está pronto e falta só ser aprovado na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. Ele iria ser aprovado hoje, mas como não tivemos *quorum* suficiente na comissão, não conseguimos aprovar. Os senhores podem ter acesso a esse relatório no meu *site* – *site* do Deputado Delmasso – justamente porque é um relatório da ação de fiscalização.

Em linhas gerais, o que foi detectado na ação de fiscalização? Primeiro, essa ação de fiscalização não foi só análise de documentos. Houve vistoria técnica, e eu fiz essa vistoria técnica. Nós pedimos auxílio ao Ibram, que nos auxiliou encontrando alguns relatórios. Foi detectado o seguinte: houve um vazamento em um período, por falta de manutenção de uma coletora da Caesb. Salvo engano, a Caesb conseguir fazer a reparação ambiental daquela área e hoje não existe mais, conforme vimos na visita que fizemos, vazamento de esgoto dentro do Parque Ecológico Ezechias Heringer.

Mas foram apresentadas algumas situações e é interessante pontuá-las. No Ibram existe uma relação com algumas pessoas, não são todas, que foram contempladas à época, por serem chacareiros. Receberam uma indenização pela desapropriação, salvo engano, do Metrô, por causa da linha do metrô que ia passar.

Recebemos a informação de que existe um inquérito em andamento da Delegacia do Meio Ambiente e da Prodemá – Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público, com relação a essas pessoas. Não são todas as pessoas, quero deixar isso bem claro. Há duas situações. Há pessoas que receberam indenização em pecúnia e, além da indenização, também foi indicada outra área para elas ocuparem.

Mais uma vez vou repetir, para deixar isso bem claro. Essa é uma situação grave, é uma situação complicada, grave. Nós identificamos isso e estamos pedindo cópia do inquérito da própria Polícia Civil e do Ministério Público. Ninguém vai criminalizar. Não é todo mundo, não é isso. Mas se a pessoa recebeu indenização, se existe alguém que recebeu indenização e recebeu indicação da área, na negociação da remoção para outra área, essa pessoa não pode ser contemplada. Acho que se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

trata de justiça, temos que ser justos, tem que ser contemplado aquele que atender os ditames legais.

Quais são os ditames legais? Quem não recebeu indenização e nunca teve indicação de área para lugar nenhum. Isso, sim, eu acho que é justo. Na minha avaliação, quem há tempos recebeu indicação de área ou recebeu indenização comprovada – isso precisa de comprovação, obviamente – e ainda permanece no parque, não deve ficar lá, não deve ser contemplado nesse programa de remoção, nem pelo dispositivo legal do SDUC – Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza.

É preciso ser bem claro, bem franco com todos, para que a gente não saia daqui com soluções mirabolantes. Não vamos juntar todo mundo num balaio só, nem do lado da criminalização nem do lado da concessão. Nós precisamos ser justos.

Fizemos um requerimento à Secretaria de Fazenda, porque ela fez os pagamentos à época, para mandar as PPs – Previsões de Pagamentos, e as OBs – Ordens Bancárias, com o nome, o CPF e a conta bancária dos “supostos beneficiários”. Se o governo conseguir comprovar isso, obviamente essas pessoas que estão no processo de remoção – sou totalmente favorável à proposta do Dr. Elton –, os chacareiros que estão lá, com base no dispositivo legal da lei complementar já em vigor, têm que ser removidos para uma área no mínimo do mesmo tamanho da que eles ocupam. Sou totalmente favorável a isso, e mais ainda: também sejam dadas condições para que os chacareiros exerçam as atividades que hoje exercem dentro do parque.

Precisamos deixar bem claro que vocês não vão encontrar injustiça, nós não vamos pactuar com injustiça, tanto de um lado quanto de outro. Vamos trabalhar, e acredito que esta é uma oportunidade, na definição da poligonal, de darmos solução para ambas as partes, tanto para a comunidade do Guará, que quer a implantação definitiva do parque, quanto para os chacareiros. Na realidade, os chacareiros também são comunidade do Guará porque moram no Guará; eles são comunidade do Guará.

Eu acredito que todos nós que estamos aqui temos um objetivo macro único, que é a entrega definitiva 100%, a execução 100% do Plano de Manejo do Parque Ecológico Ezechias Heringer, que seu plano de manejo seja 100% executado, principalmente aquela área que fica do outro lado da EPGU, que está extremamente degradada. A gente tem uma área onde já foram feitas algumas aplicações, tem *coopervia*, já tem iluminação, mas aquela área que fica atrás da Faculdade Projeção está totalmente – desculpem-me a expressão – abandonada. É preciso ter uma revitalização daquela área para que a comunidade possa utilizá-la também.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – É, não é? Aquela área ali.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Eu só estou querendo deixar isso claro porque eu tenho o dever de apresentar... Porque ano passado, nós abrimos essa discussão e aqui já está o fruto da discussão, que é a conclusão da área de fiscalização.

A área de fiscalização concluiu que o dano ambiental causado pela Caesb já foi reparado. Está certo? Mas levantou essas questões.

Uma coisa interessante que a área de fiscalização também arguiu é que grande parte dos chacareiros é responsável pela preservação de algumas áreas do parque. Isso é importante deixar registrado.

O segundo encaminhamento que eu queria fazer...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não. O plano de manejo quem faz é o Ibram. A emenda eu vou fazer.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Deixe eu fazer o encaminhamento. Acho que vai contemplar o que você está dizendo.

O encaminhamento que eu quero fazer com relação aos chacareiros é o seguinte: eu me comprometo em fazer essa emenda. A construção da redação da emenda eu faço com vocês. Ok?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Então. É isso o que eu estou te falando. Foi isso que eu disse.

Se tiver comprovação de que alguém que está ainda no local recebeu... Calma. Se tiver. Se não tem, ótimo. Não tem problema. Então, todos vão ser contemplados. É o que eu estou te dizendo. É um caso para dirimir.

Calma, gente.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Ótimo. Perfeito.

Marcelo, só um minutinho. Perfeito. Por isso estou lhe dizendo o seguinte: se não existe, não tem problema. Vamos encaminhar. É só isso.

Eu quero dizer que uma coisa não depende da outra. Quero deixar isso bem claro. Está certo?

O que nós não podemos aceitar é injustiça. Eu acho que nenhum de nós, que somos pessoas de bem, podemos aceitar injustiça. Acho que ninguém pode aceitar esse tipo de coisa, ou seja, a injustiça de arrancar os chacareiros e não dar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

lugar para eles, ou a injustiça de que, se existe, supostamente, alguém que já recebeu benefício, o receba de novo, porque isso é vilipendiar o recurso do Estado.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não.

Mas vamos lá. As individualidades nós não vamos resolver nesta reunião. Certo? As individualidades nós vamos discutir uma por uma. Nós não vamos resolver, senão vamos ficar nós dois aqui discutindo e não vamos... Acho que a questão individual...

Qual é o compromisso que eu assumo aqui?

Primeiro, a emenda em relação aos chacareiros, que é reforçar a obrigação do cumprimento do artigo 37 do SDUC. Não é isso? Isso. Reforçar que, na definição da poligonal, na execução do Plano de Manejo deve ser observado o art. 37 do SDUC. Ponto. Acabou. Nós vamos construir a redação dessa emenda em conjunto. Ok? Perfeito? Na execução – porque quem vai fazer essa execução não é a Câmara Legislativa, é o Poder Executivo –, a gente vai discutir as individualidades, que é justamente esse debate que estamos fazendo, mas a gente precisa levantar essa situação.

Segundo ponto: eu vi aqui que a grande maioria, a fala de todos vai na seguinte direção: “Eu quero o parque entregue”, “eu quero o parque funcionando”, “eu quero o parque como parque”. “Não quero só um parque, uma cerca – e que pegue fogo” – como o Luciano aqui falou: “ô areazinha para pegar fogo”! Estou falando daquela área que fica atrás do Projeção. E “Quero que o parque seja utilizado por todos”. Bem, vou fazer a pergunta e eu mesmo vou responder. Ibram, tem dinheiro para implantar o parque? Não. Não tem. O Ibram não tem recurso para fazer a implantação do parque. Não existe. Estou falando isso porque eu conheço o QDD do Ibram, acompanho. Não existe recurso para a implantação do parque.

Todos aqui conhecem a minha posição referente à Área 28-A. Todos sabem qual é a minha posição, mas eu não posso – e aí é uma questão que a gente precisa debater – ser intransigente da seguinte forma: a Terracap, pelo que eu entendi aqui, compromete-se em colocar os recursos necessários, os recursos advindos – o Damião Cordeiro até falou sobre isso –, os recursos auferidos da desafetação dessa área para a implantação definitiva do parque. Pelo que eu entendi, esse seria o compromisso da Terracap.

A questão é o seguinte: Desculpem-me, eu sou novo, mas aprendi uma frase com meu pai, que a aprendeu com meu avô. A frase é a seguinte: o seguro morreu de velho. Se esse for o acordo, nós precisamos expressar isso em lei para que o Executivo seja obrigado a fazer o que estiver no acordo, para não ficar só na conversa, para não ficar só na palavra. Então, se esse for o acordo, se a comunidade entender – a comunidade, digo mais uma vez, inclui o chacareiro, pois não quero



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

fazer separação entre comunidade e chacareiro porque para mim todo mundo é comunidade –, se todos entenderem que isso vai ser mais benéfico para o Guará do que manter a posição, vamos discutir e construir, inclusive, esse texto da lei.

O que achei interessante é que, na compensação florestal – o Presidente da Terracap, Dr. Júlio, estava falando –, obviamente, para cada indivíduo arbóreo retirado, você precisa repor, no mínimo, 30 indivíduos. Você precisa repor 30 indivíduos arbóreos de espécie nativa. Nativa, não, de cerrado. Justamente. Pronto.

Eu penso o seguinte: se a gente conseguir executar 100% da compensação ambiental e 100% da compensação florestal no Parque Ecológico Ezechias Heringer e não deixar que esses recursos saiam para outras unidades de conservação vai ser bom, porque parece que a compensação pode ser feita em qualquer bacia hidrográfica.

Estou falando para vocês entenderem. Isso aqui é importante. Estou falando porque a gente precisa amarrar o negócio. Vai lá, faz a desafetação da área. Um exemplo: a Terracap vende e diz que a compensação ambiental vai ser feita lá no Parque Três Meninas, em Samambaia. Não, não é isso. Espera, calma. Se a gente deixar isso solto, pode ser. Eu quero amarrar na lei que seja aplicado no Parque Ecológico Ezechias Heringer. No máximo, nas unidades de conservação que fazem parte da Região Administrativa do Guará, porque ali tem o Parque Denner e o Parque dos Eucaliptos. No máximo! Eu acho que é uma coisa que, guaraenses como eu, nós não podemos deixar que fique solta. Não pode ficar solto. Porque, por exemplo, a compensação ambiental, pela lei, pelo Código Florestal...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não, Luciano, só para explicar. A compensação ambiental diz que você pode colocar dentro da bacia hidrográfica, qualquer lugar. Então, pode fazer... O que eu quero, talvez, é construir um projeto no qual a compensação ambiental e a compensação florestal sejam feitas exclusivamente na Região Administrativa do Guará.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – É o compromisso, mas não está escrito. Precisamos escrever.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Eu sei que tem uma conversa de talvez usar a compensação ambiental para construir um novo hospital no Guará.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Eu sei, mas isso tem que estar amarrado na lei, senão vão usar a lei maior, que é o Código Florestal, e falar assim: “Não, vamos tirar o dinheiro aqui agora e colocar lá no Parque Três Meninas, na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Samambaia, porque faz parte da mesma bacia hidrográfica.” “Não, vamos colocar lá no parque de Águas Claras”. Nada contra Águas Claras, mas acredito que a gente precisa segurar esses recursos dentro do Guará.

Então, esse é o segundo encaminhamento. Caso esse seja o entendimento, a gente pode...

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Leal.

SR. CARLOS LEAL – Boa noite a todos e a todas. Boa noite, Deputado. Só para complementar, já que o senhor falou em amarrar, então, para que a gente realmente possa amarrar para que esses recursos sejam aplicados no Parque Ezechias Heringer, é necessário que haja um pronunciamento oficial do Ibram, porque legalmente quem indica onde será a aplicação dos recursos financeiros oriundos da compensação ambiental é o Ibram. Então, o Ibram precisa dizer: “Oh, está autorizado aplicar esses recursos lá no Parque Ezechias Heringer.” Aí pronto, está fechado o problema, não vejo nenhum problema.

Era só nesse sentido para que a gente realmente consiga fazer com que isso aconteça de forma efetiva.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – É por isso, Carlos, que eu estou dizendo que, se a gente deixar expresso na lei, o Ibram não precisa se pronunciar.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não tem problema constitucional, segundo o princípio do quem pode mais pode menos – os advogados de plantão podem me ajudar. Quando a lei diz que pode ser feito dentro da mesma bacia, eu faço por uma lei menor, eu específico, eu não tenho problema na especificidade, problema nenhum. Até porque seria inconstitucional se a autoria do projeto da definição da poligonal fosse de algum Deputado, mas, como a autoria é do Poder Executivo, então, zerou-se o vício de iniciativa.

Então, quando você, já lá em cima, prevê que pode ser feito dentro da mesma bacia e eu específico, na lei, que o recurso da compensação tem que ser colocado dentro da unidade de conservação de onde ela faz parte, não tem problema. O problema é se eu destinasse fora de outra bacia. Aí teria problema constitucional. Certo?

E o terceiro e último encaminhamento que eu queria fazer para todos aqui é que possamos, juntos com a administração regional e com o Ibram – eu vou precisar da ajuda de todos –, já no segundo semestre, estabelecer um cronograma logo depois da definição. Quando se definir a poligonal, estabelecemos um cronograma de execução da implantação, tudo que for colocado nisso. Porque eu acredito – e falei isso na comissão de meio ambiente – que o maior legado que o Governador Rodrigo Rollemberg – e aí, André, peço que você leve essa sugestão a S.Exa. – pode



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

deixar para a cidade do Guará é a implantação definitiva do Parque Ecológico Ezechias Heringer.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Para Brasília, seriam todos os parques. Estou falando especificamente para a comunidade do Guará. É a implantação definitiva do Parque Ecológico Ezechias Heringer. É fazer com que aquele parque seja frequentado pela própria comunidade do Guará – e é frequentado. É você, por exemplo, criar ali – acho que dá para fazer, é uma coisa bacana – um bosque, para que possamos fazer piquenique com os nossos filhos ali no Guará, para que se incentivem atividades esportivas, como *mountain bike* – o André conseguiu dar meia-volta –, mas se incentivem atividades esportivas sustentáveis dentro do parque.

Eu queria aqui fazer um pedido à Terracap. Esse parque é uma memória em dois sentidos: é uma memória física, mas também é uma memória de um dos maiores defensores do Cerrado do País. Eu faço um pedido à Terracap para que, dentro das suas possibilidades, construa, dentro do parque ecológico, o museu do Ezechias Heringer. Um museu que conte a história, não do parque, mas a história desse defensor do Cerrado. Aqui está a Kelvia. A Ana Júlia teve de sair. Elas têm todo o acervo. A minha filha, que tem nove anos de idade, e é estudante de uma das escolas do Guará, precisa conhecer essa história. Os nossos filhos, os netos de alguns aqui precisam conhecer essa história. Então, eu queria fazer esse pedido à Terracap – é um pedido – para que, dentro das possibilidades, dentro da poligonal, onde puder, com uma construção sustentável, construa o museu e entregue-o à comunidade. Eu tenho certeza de que a família do Ezechias vai envidar esforços para fazer a doação desse acervo para o Arquivo Público do Distrito Federal, para que ele cuide dessa área. Além do legado ambiental, nós vamos deixar um legado histórico para a nossa juventude, para as nossas crianças. Eu vou usar uma frase que foi dita pelo superintendente do CasaPark: que o parque Ezechias Heringer possa se tornar o nosso – estou falando de Brasília – Central Park. O parque Ezechias Heringer pode se tornar a maior referência de preservação ambiental do País em dois sentidos: histórico-físico e histórico-institucional, que é lembrar a memória de um engenheiro agrônomo que era apaixonado pelo Cerrado e sempre defendeu o Cerrado brasileiro.

Vou passar a palavra ao nosso Administrador André Brandão para suas considerações finais.

SR. ANDRÉ BRANDÃO – Deputado, foi um debate rico, que acrescentou. Eu fico satisfeito como administrador com a possibilidade de aplicarmos qualquer tipo de recurso que advenha da compensação ambiental dentro da RA do Guará. Eu tenho certeza de que nós não iremos medir esforços para aplicá-lo de forma justa e de acordo com as intenções da comunidade. Deixo meu agradecimento a todos. Que a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

gente possa ter uma boa noite e que, o quanto antes, a gente possa realmente ter a implementação do nosso parque Ezechias Heringer. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Para suas considerações finais o representante do Ibram, Sr. César Fonseca.

SR. CÉSAR FONSECA – Eu gostaria de agradecer, Deputado, a oportunidade de ter participado desse debate. Eu só queria complementar dizendo que qualquer ação no parque... O Ibram foi questionado sobre a manutenção do parque. Essa manutenção passa prioritariamente, primeiramente pela existência de um plano de manejo. Não tem como fazer qualquer ação, qualquer gestão dentro de uma área sem conhecê-la, sem saber aquilo que pode ou que não pode ser feito, ou seja, zonas intangíveis, zonas de uso. Enfim, todas as atividades no parque passam por um plano de manejo, e esse plano de manejo só é possível ser executado se tiver uma poligonal, porque não há como fazer um plano de manejo sem conhecer os limites do parque, até onde ele vai, qual é a área compreendida por ele.

Portanto, eu gostaria de agradecer e dizer que a gente está à disposição para discutir com a população e os interessados no Parque do Guará o que pode ser feito lá dentro e como o Ibram pode contribuir no processo de gestão do parque.

Seria basicamente isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Antes de encerrar, quero ler um comunicado do Deputado Robério Negreiros:

“Prezados senhores e senhoras, cumprimento o Deputado Delmasso pela iniciativa de debater esse importante tema e saúdo os presentes. Os moradores do Guará se orgulham em ter um patrimônio tão precioso quanto o Parque Ezequias Heringer, mesmo após anos de abandono e desfiguração. A retomada da preocupação pelo parque está de volta às prioridades e isso me deixa muito mais otimista. Tenho o prazer de ser relator do Projeto de Lei Complementar nº 24/2015, que está em debate hoje. Por isso, anuncio à população do Guará todo meu empenho pelas adequações e pela preservação do parque. Apesar de não estar presente por compromissos previamente agendados, coloco-me à inteira disposição para o debate. Deputado Robério Negreiros – PSDB do Distrito Federal.”

Quero mais uma vez agradecer a presença de todos e de todas e pedir aos chacareiros que procurem agora o Alexandre Vitor, nosso coordenador, para agendar a reunião e debatermos a emenda referente ao art. 36 do Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Também quero já deixar agendada uma reunião prévia com os interessados, para a gente discutir a emenda que vai amarrar essa questão das compensações tanto ambiental, quanto florestal.

Antes de encerrar, passo a palavra ao Carlos Leal, Diretor-Técnico da Terracap.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 06 2016	15h31min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

SR. CARLOS ANTÔNIO LEAL – Bom, Deputado Delmasso, mais uma vez, a Terracap se sente honrada e agradecida por participar desta audiência pública. O nosso Presidente já disse, de forma muito clara, que estamos abertos para qualquer interessado no esclarecimento de qualquer dúvida. A Terracap quer, sim, fazer parte desse processo. Para nós, um dos objetivos da empresa é o atendimento do ponto de vista social. Para isso, a gente precisa, obviamente, atender aos requisitos legais. Mas não vejo nenhum problema nessa implementação.

Agradeço mais uma vez e nos colocamos à disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Mais uma vez, quero agradecer a presença dos Parlamentares, das autoridades, do governo e dos demais convidados.

Declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado e que Deus abençoe todos.

(Levanta-se a sessão às 18h23min.)